



RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



Tribunal Regional Eleitoral
do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviações	2	3.3.1. Objetivos Estratégicos	20
Apresentação	3	3.3.2. Principais Programas, Projetos e Ações da Cadeia de Valor....	25
1. A Instituição.....	4	3.4. Resultados das Principais Áreas de Atuação	28
1.1. Fundamentos Estratégicos	4	3.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira	28
1.2. Competências Organizacionais	5	3.4.2. Gestão de Custos	31
1.3. Modelo de Negócios.....	5	3.4.3. Gestão de Pessoas	31
1.4. Cadeia de Valor.....	6	3.4.4. Gestão de Licitações e Contratos.....	35
1.5. Estrutura Organizacional	7	3.4.5. Gestão Patrimonial e de Infraestrutura.....	37
1.6. Relacionamento com a Sociedade.....	9	3.4.6. Gestão de Tecnologia da Informação	38
1.7. Matriz de Materialidade.....	10	3.4.7. Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão	40
2. Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....	11	3.4.8. Outros Resultados da Gestão	42
2.1. Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos.....	11	4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.....	44
2.2. Principais Riscos e Oportunidades.....	12	4.1. Situação Financeira Contábil e Evolução no Exercício	44
2.3. Desafios e Ações Futuras.....	16	4.2. Principais Fatos Contábeis relativos à Situação Financeira	44
3. Governança, Estratégia e Desempenho.....	17	4.3. Estrutura Contábil	44
3.1. Governança	17	Glossário.....	45
3.2. Planejamento Estratégico	19		
3.3. Resultados e Desempenho da Gestão.....	20		

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DG – Diretoria-Geral do TRE-RS

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito

IGov – Índice de governança instituído pelo Tribunal de Contas da União

IGP-RS – Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul

IN – Instrução Normativa

JE - Justiça Eleitoral

PJe – Processo Judicial Eletrônico

PLS – Plano de Logística Sustentável

RAE – Reuniões de Avaliação da Estratégia

RS – Rio Grande do Sul

SAI – Secretaria de Auditoria Interna do TRE-RS

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do TRE-RS

SPCE - Sistema de Prestação de Contas Eleitorais

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UG – Unidade Gestora

APRESENTAÇÃO



Desa. Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak
Presidente TRE-RS

Nos últimos anos, enfrentamos situações preocupantes, tais como conflitos e guerras, problemas ambientais, deterioração e enfraquecimento da democracia. No entanto, também podemos perceber o surgimento de uma nova consciência, ecossistêmica, que atende ao bem-estar de todos, contendo as sementes de uma profunda renovação civilizatória.

A democracia em funcionamento é a grande esperança para enfrentar as crises pelas quais estamos passando, mas ela precisa se consolidar por meio da vivência, com seus princípios se incorporando à lógica de nossa vida cotidiana, com respeito a diferentes visões de mundo, superação de preconceitos e pela compreensão de que somos indivíduos compartilhando mesmo espaço e tempo histórico, independente de etnia, cor, credo, nível cultural e social, gênero e orientação sexual.

A Justiça Eleitoral tem papel fundamental no fortalecimento da democracia. Por meio da lisura e transparência do pleito eleitoral garante que toda cidadã e todo cidadão possa exercer de maneira livre, segura e consciente suas escolhas. Por essa razão, em 2023, o TRE-RS comemorou os cem anos da assinatura do Pacto de Pedras Altas, tratado que encerrou a revolução de 1923 e que possui significado histórico para o Rio Grande do Sul, destacando a trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil, considerado o Patrono da justiça eleitoral brasileira.

Importante mencionar, ainda, o Projeto Caminhos da Democracia, iniciativa voltada ao pleito de 2024, cujos principais objetivos foram o combate à desinformação, ampliação da participação feminina na política e o reforço do *fair play* eleitoral. Essa ação permitiu maior conscientização da população sobre a importância da manutenção e da defesa da integridade eleitoral e da democracia.

É nesse contexto que o TRE-RS apresenta o Relatório de Gestão que objetiva integrar as informações institucionais de modo acessível aos cidadãos, apresentando a gestão organizacional de forma ampla, coletiva e sistêmica, conforme os requisitos da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

Por fim, como presidente do TRE-RS, endosso a integridade, fidedignidade, precisão e completude desse Relatório de Gestão do exercício 2023.

1. A INSTITUIÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) é um órgão do Poder Judiciário da União, vinculado e subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sua jurisdição abrange os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, onde atende a uma população de aproximadamente 10,9 milhões de pessoas, dentre as quais 8,6 milhões de eleitores.

Tem como missão¹ garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, fortalecendo a democracia. Para tanto, atua basicamente em duas frentes: jurisdicional e administrativa. No plano jurisdicional, julga matérias referentes à legislação eleitoral. Na esfera administrativa, gerencia o cadastro eleitoral, um dos maiores do país, e administra e operacionaliza as eleições.

A sua maior e mais complexa atividade é a realização das eleições, pois envolve planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito, além de proclamar e diplomar os eleitos, tornando possível coletar e apurar a vontade política dos cidadãos. Ordinariamente, as eleições ocorrem no primeiro e, se necessário, último domingo de outubro dos anos pares, alternando entre as eleições municipais (prefeito, vice-prefeito e vereadores) e eleições gerais (presidente, vice-presidente, senadores, deputados federais e estaduais), conforme a [Lei 9.504/97](#).

Em termos de estrutura e competências, a Justiça Eleitoral está amparada na [Constituição Federal](#), principalmente nos artigos 118 a 121, e no [Código Eleitoral](#) (Lei 4.737/65). Especificamente, as atividades do TRE-RS estão definidas no [Regimento Interno](#) e no [Regulamento Interno da Secretaria](#).

¹ O TRE-RS não possui capital social e participação em outras sociedades, assim como não propõe ou implementa políticas e programas de governo.

1.1. Fundamentos Estratégicos

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, fortalecendo a democracia.

Visão de futuro

Ser reconhecido pela credibilidade do processo eleitoral e excelência de seus serviços.

Valores

Acessibilidade: facilitar o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral.

Agilidade: entregar resultados com rapidez e qualidade.

Credibilidade: agir com responsabilidade, transparência e foco no interesse público.

Eficiência: fazer o bom uso dos recursos públicos para o alcance dos objetivos.

Ética: agir sob os princípios da moralidade, honestidade e integridade.

Imparcialidade: garantir que as ações sejam tomadas com isenção, equidade e justiça.

Inovação: estimular a criatividade e a melhoria contínua dos serviços.

Respeito humano: tratar as pessoas com cortesia, atenção e respeito às suas diferenças.

Segurança: garantir informações precisas e serviços confiáveis.

Sustentabilidade: atuar de forma proativa e considerando os impactos na sociedade e no meio ambiente.

Transparência: garantir clareza e publicidade dos atos e informações institucionais.

1.2. Competências Organizacionais

A partir dos valores institucionais, da missão e da visão de futuro, o TRE-RS mapeou e definiu suas competências organizacionais, que são o conjunto de conhecimentos, habilidades, tecnologias e valores necessários para que a organização possa gerar benefícios à sociedade:



Prestar atendimento rápido, eficiente, humanizado e acessível aos cidadãos brasileiros.



Realizar a prestação jurisdicional com celeridade, imparcialidade e eficiência.



Organizar eleições com transparência, segurança, agilidade e eficiência.



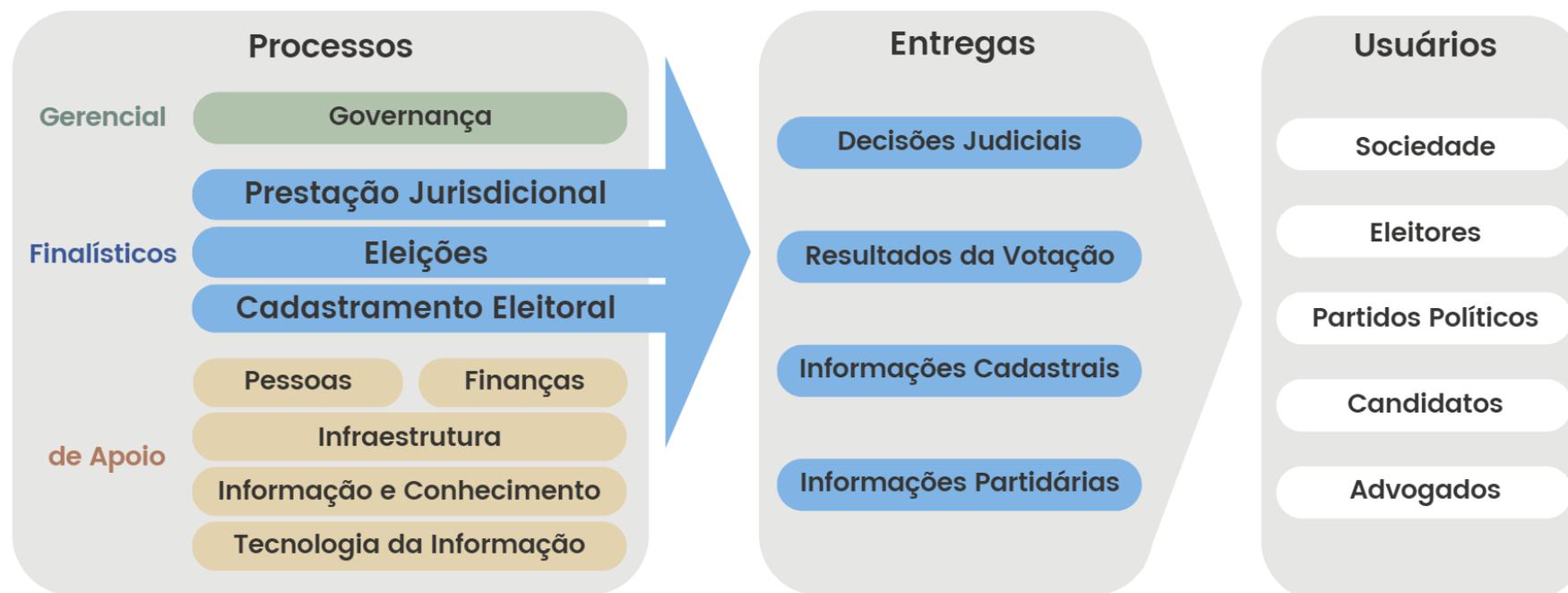
Gerenciar o cadastro eleitoral, de forma a garantir a integridade e a confiabilidade das informações.

1.3. Modelo de Negócios

O Modelo de Negócios do TRE-RS representa como a instituição gera valor para seus usuários por meio do inter-relacionamento entre insumos, atividades, produtos, impactos e seus destinatários.



1.4. Cadeia de Valor



A Cadeia de Valor descreve os principais processos de trabalho (gerenciais, finalísticos e de apoio) e os produtos (entregas) que contribuem para o alcance dos resultados aos usuários.

O **processo gerencial Governança** trata das decisões da alta administração, ligadas às estratégias, ao estabelecimento de diretrizes e ao controle organizacional.

Os **processos finalísticos** entregam valor diretamente aos clientes externos. Representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão. São eles:

- **Prestação jurisdicional:** julgar matérias referentes à legislação eleitoral.

- **Eleições:** planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito, proclamar e diplomar os eleitos, além de viabilizar o atendimento das necessidades de bens e serviços relativos ao andamento das eleições.

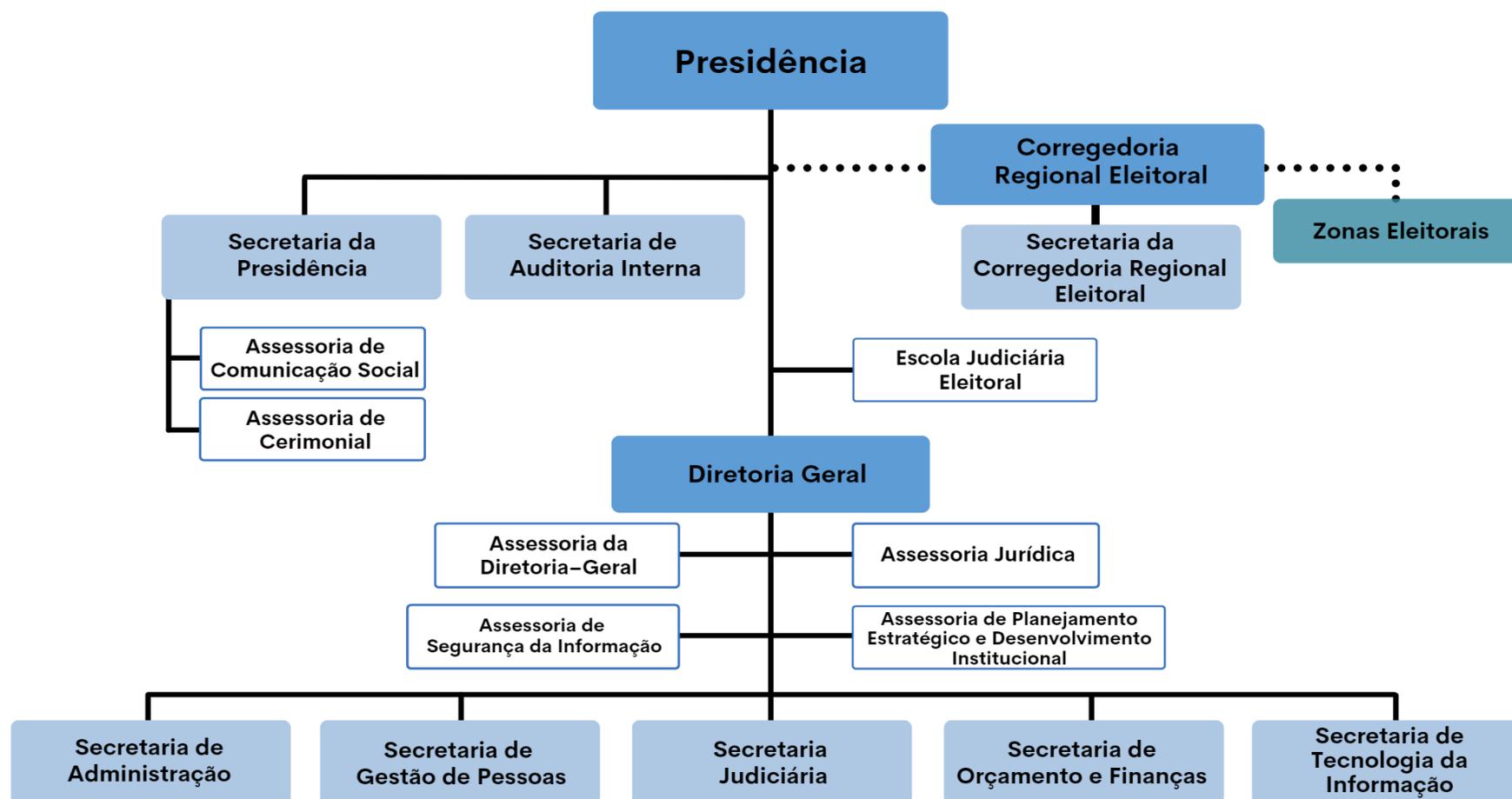
- **Cadastramento eleitoral:** gerir o cadastro eleitoral, mantendo-o atualizado e com informações fidedignas. Integra, também, os serviços relativos à anotação e à verificação de regularidade de atos dos partidos políticos, como prestação de contas, propaganda partidária, filiação, além de criação e transformação de partidos.

Os **processos de apoio** dão suporte aos processos principais, aos gerenciais e a si mesmos, fornecendo produtos, serviços e insumos que não alcançam diretamente os clientes externos.

1.5. Estrutura Organizacional

Em termos de estrutura organizacional, o TRE-RS pode ser apresentado de duas formas: administrativa e jurisdicional.

Na esfera **administrativa**, a instituição apresenta uma estrutura departamentalizada por funções, conforme organograma a seguir. As competências de cada unidade interna do TRE-RS estão previstas no [Regulamento Interno da Secretaria](#).



Na esfera **jurisdicional**, a Justiça Eleitoral gaúcha está dividida em duas instâncias: 1º e 2º graus.

1º GRAU DE JURISDIÇÃO



-  165 Zonas Eleitorais
-  em 140 municípios
-  das 497 cidades do estado.

O primeiro grau julga os crimes e demais ilícitos eleitorais, além de processar e julgar os feitos referentes às Eleições Municipais.

Suas demais competências estão previstas no artigo 35 do [Código Eleitoral](#).

Em cada zona eleitoral atuam: um juiz de direito vinculado ao Tribunal de Justiça estadual, um promotor, representando o Ministério Público local, e os servidores do TRE-RS.

2º GRAU DE JURISDIÇÃO



-  Presidente - desembargador do TJ-RS
-  Vice-presidente e Corregedor - desembargador do TJ-RS
-  Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
-  Juizes do TJ-RS
-  Advogados de Notório Saber Jurídico

Órgão colegiado (Pleno), com sede na capital, cujas principais atribuições são julgar os recursos interpostos das decisões de 1º grau e processar e julgar os feitos referentes às eleições gerais, entre outras funções descritas nos artigos 29 e 30 do [Código Eleitoral](#).

Conforme artigos 25 a 27 do Código Eleitoral, o Pleno é composto por 7 membros. Junto a ele atua o Procurador Regional Eleitoral, escolhido dentre os procuradores da república do Ministério Público Federal no RS.

1.6. Relacionamento com a Sociedade



1.7. Matriz de Materialidade

A Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul tem em seu modelo de negócio a principal diretriz para definição dos aspectos a serem abordados no Relatório de Gestão 2023.

Os temas priorizados são aqueles considerados significativos para o cidadão e escolhidos em razão de sua relevância, impacto na estratégia e volume financeiro.



2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1. Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos

O sistema de gestão de riscos e controles do TRE-RS funciona, de forma geral, seguindo o modelo de três linhas de defesa:



Há controles, recursos e procedimentos ligados aos riscos que atendem às necessidades básicas da organização e colaboram para a melhoria do desempenho e o alcance efetivo e eficaz dos resultados, embora a prática contínua, sistêmica e estruturada de avaliação de riscos ainda não tenha atingido o nível de maturidade almejado. O TRE-RS formalizou ainda em 2019 seu método institucional de gestão de riscos. Para isso, aprovou o [Manual de Gestão de Riscos](#) (Portaria P. 159/2019) com base no [Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU](#). Tal método tem sido importante no planejamento e operacionalização das eleições, assim como em novos projetos e revisões de processos de trabalho na instituição.

2.2. Principais Riscos e Oportunidades

Os **principais riscos e oportunidades da instituição**, demonstrados a seguir, impactam especialmente os níveis estratégico e operacional, sendo de maior relevância os relacionados aos três macroprocessos finalísticos do TRE-RS: Eleições, Prestação Jurisdicional e Cadastramento Eleitoral. Da mesma forma, merecem destaque os eventos relacionados à imagem da instituição e à segurança da informação, ambos diretamente **vinculados aos objetivos estratégicos**.

Para cada ameaça e oportunidade identificada na tabela a seguir, estão relacionadas suas respectivas fontes, causas, análise de impacto e probabilidade, formas de mitigação / aproveitamento e a magnitude do risco, cujas definições e escalas utilizadas estão descritas no [Manual de Gestão de Riscos](#) do TRE-RS.

Análise dos principais riscos

Riscos negativos (Ameaças)	Fontes / Causas	Risco Inerente			Formas de Mitigação (Controles Existentes)	Eficácia do Controle		Risco Residual	
		Probabilidade (P)	Impacto (I)	Risco Inerente (PxI)		Classificação do Controle	Multiplicador	Risco Residual	Classificação do Risco Residual
Impossibilidade/dificuldade de o eleitor votar.	<ul style="list-style-type: none"> - Defeitos na urna eletrônica; - Inabilidade dos mesários para identificar o eleitor e/ou habilitá-lo para votar; - Inabilidade do eleitor (inversão dos votos). 	4	3	12	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar atos contingenciais para o dia da eleição, visando a corrigir imediatamente eventuais problemas com as urnas eletrônicas; - Designar unidade específica para coordenar a gestão e manutenção preventiva das urnas eletrônicas no estado, evitando problemas e antecipando soluções; - Promover valorização (campanhas nas mídias) e treinamento específico para os mesários, como forma de atrair novos voluntários e melhorar o serviço prestado no dia da eleição; - Campanhas voltadas ao eleitor; - Campanhas divulgando os protocolos sanitários utilizados nas eleições (TSE e TRE-RS). 	Fraca	0,8	9,6	Médio

Riscos negativos (Ameaças)	Fontes / Causas	Risco Inerente			Formas de Mitigação (Controles Existentes)	Eficácia do Controle		Risco Residual	
		Probabilidade (P)	Impacto (I)	Risco Inerente (PxI)		Classificação do Controle	Multiplicador	Risco Residual	Classificação do Risco Residual
Fraude na votação, contabilização e/ou totalização do resultado das eleições.	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção de sistemas não oficiais na urna eletrônica; - Habilitação equivocada de eleitor; - Extravio das mídias da urna eletrônica com os resultados durante o transporte até o cartório. 	2	5	10	<ul style="list-style-type: none"> - Urnas eletrônicas lacradas em audiências públicas e sem comunicação com internet, evitando interferências; - Utilizar softwares próprios e comunicação de dados em ambiente seguro e exclusivo; - Identificar o eleitor para votar por meio de suas digitais (cadastramento biométrico); - Dispor de possibilidade de envio dos resultados a partir dos locais de votação, agilizando a contabilização dos votos (solução JE Connect); - Distribuir boletim contendo o resultado da seção logo após o término da votação, o qual pode ser conferido com o resultado apurado no site da Justiça Eleitoral. Os boletins de urna são publicizados aos representantes dos partidos políticos presentes na seção, fomentando maior fiscalização do processo. 	Forte	0,2	2	Baixo
Não integração e/ou desempenho insuficiente dos sistemas informatizados (PJe, Cand, SPCE)	<ul style="list-style-type: none"> - PJe não importar dados do Cand e do SPCE; - Incapacidade de processamento online, devido a sobrecargas. 	4	3	12	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência visual das informações de cada sistema; - Inclusão das informações do Cand e SPCE no PJe por servidores. 	Fraca	0,8	9,6	Médio
Falhas no cadastro de eleitores e de filiados que prejudiquem o voto ou a candidatura ou, ainda, possibilitem fraude.	<ul style="list-style-type: none"> - Informações registradas incorretamente no sistema; - Duplicidade de inscrição; - Ausência ou duplicidade de filiação partidária. 	3	3	9	<ul style="list-style-type: none"> - Promover inspeções e correções frequentes, com o objetivo de detectar possíveis falhas no cadastro de eleitores; - Realizar análises automatizadas no sistema de cadastro como forma de identificar erros ou fraudes na inscrição de eleitores e filiados; - Transferir responsabilidades aos partidos políticos pela fidelidade do cadastro de filiados; - Implantar reconhecimento biométrico de eleitores, evitando fraudes tanto na inscrição eleitoral como na habilitação do eleitor para votar. 	Satisfatória	0,4	3,6	Baixo

Riscos negativos (Ameaças)	Fontes / Causas	Risco Inerente			Formas de Mitigação (Controles Existentes)	Eficácia do Controle		Risco Residual	
		Probabilidade (P)	Impacto (I)	Risco Inerente (PxI)		Classificação do Controle	Multiplicador	Risco Residual	Classificação do Risco Residual
Deterioração da imagem institucional.	<ul style="list-style-type: none"> - Fake news sobre o processo eleitoral; - Desconhecimento acerca das competências da Justiça Eleitoral e do regramento dos pleitos; - Serviços mal prestados; - Descrédito da população em razão da percepção de corrupção generalizada. 	5	3	15	<ul style="list-style-type: none"> - Manter canais de comunicação com a sociedade (como o serviço de Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão) para registro de ocorrências, reclamações, pedidos de informações, sugestões e denúncias, visando à melhoria dos serviços prestados; - Convocar reuniões com partidos políticos, advogados e imprensa no intuito de disseminar orientações, dirimir dúvidas e solicitar apoio no combate a informações falsas; - Criação de Comissão, disponibilização de portal no site do TRE-RS e formalização de parcerias com diversas instituições para Enfrentamento à Desinformação; - Realizar campanhas de esclarecimentos sobre as atribuições da Justiça Eleitoral e os principais assuntos relacionados ao eleitor e às eleições, promovendo a disseminação de informações relevantes; - Promover a cidadania e a participação social, fazendo-se presente nas principais mídias, com o objetivo de ampliar o alcance de notícias de interesse da sociedade. 	Média	0,6	9	Médio
Utilização indevida de dados e/ou ataques cibernéticos.	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso indevido ao banco de dados da Justiça Eleitoral. 	3	4	12	<ul style="list-style-type: none"> - Adoção de sistema de Governança de TI, responsável por definir diretrizes e estratégias de investimentos, contratações, desenvolvimento de sistemas e segurança da informação; - Criação da Comissão de Tecnologia da Informação, com representação multidisciplinar, responsável por estudar e propor soluções tecnológicas, sugerir investimentos e priorizar ações de TI; - Possuir um Plano Estratégico e um Plano Diretor de TIC, com monitoramento e revisão frequentes; - Realizar investimentos constantes em infraestrutura de TI e segurança da informação; - Totalização dos votos centralizada no TSE a fim de reduzir os riscos de ataques cibernéticos (recomendação da Polícia Federal). 	Média	0,6	7,2	Médio

Riscos positivos (Oportunidades)	Fontes / Causas	Risco Inerente			Formas de Aproveitamento	Eficácia do Controle		Risco Residual	
		Probabilidade (P)	Impacto (I)	Risco Inerente (PxI)		Classificação do Aproveitamento	Multiplicador	Risco Residual	Classificação do Risco Residual
Virtualização dos atos e trâmites processuais (oportunidade Prestação Jurisdicional)	- Existência de tecnologia viável para virtualizar a prestação e as demandas judiciais.	5	5	25	- Capacitar servidores para que a virtualização processual torne a prestação jurisdicional mais célere, econômica e eficiente; - Disponibilizar suporte técnico para auxiliar servidores e advogados quanto ao uso dos sistemas; - Redimensionar a força de trabalho que realiza tarefas com processos físicos e que, com a implantação do PJe, não são mais necessárias.	Forte	0,8	20	Externo
Importação de dados biométricos oriundos de outros órgãos públicos. (oportunidade Cadastramento Eleitoral)	- Outros órgãos públicos com cadastro biométrico; - Compatibilidade tecnológica.	5	3	15	- Firmar convênios com órgãos públicos (Denatran e IGP-RS) para aproveitamento de dados biométricos; - Criar mecanismos de conferências dos dados importados antes de sua incorporação ao caderno de votação e à urna eletrônica; - Incorporar definitivamente ao cadastro eleitoral somente aqueles dados validados na urna eletrônica durante a eleição.	Média	0,6	9	Médio
Transmissão do resultado da urna eletrônica diretamente dos locais de votação - JE Connect. (oportunidade Eleições)	- Existência de tecnologia viável e segura para transmissão de dados.	3	3	9	- Investir em equipamentos que possibilitem a transmissão segura do resultado da seção eleitoral; - Incentivar a transmissão dos dados da urna eletrônica diretamente dos locais de votação mais distantes, por meio de rede segura, como forma de agilizar a apuração dos votos; - Capacitar os servidores e a equipe de apoio da Justiça Eleitoral para realizarem a transmissão; - Divulgar amplamente o procedimento e as formas de fiscalização.	Média	0,6	5,4	Médio



2.3. Desafios e Ações Futuras

Importação de Dados Biométricos

O TRE-RS estuda aproveitamento de dados biométricos de outros órgãos, com o intuito de incorporá-los ao cadastro eleitoral.

Tal procedimento permite elevar os índices biométricos do eleitorado gaúcho, resultando em economia financeira, logística e de pessoal, tendo em vista que uma parcela dos cidadãos do estado poderá ser dispensada do recadastramento obrigatório.

Até o momento, foram importados dados biométricos de mais de 900 mil pessoas, originários do Instituto Geral de Perícias do RS. Como essas informações precisam ser validadas durante as eleições (com reconhecimento biométrico do(a) eleitor(a) nas urnas eletrônicas), não houve agregações ao cadastro em 2020, por consequência da pandemia de COVID-19. Em 2022, o TRE-RS conseguiu incorporar ao seu cadastro dados biométricos de 553.195 eleitores. Para 2024, espera-se que novos dados possam ser importados e validados.

Virtualização do Atendimento e dos Serviços

O TRE-RS mantém preocupação constante com a demanda crescente por serviços digitais, traduzindo este importante tema em uma iniciativa estratégica denominada “Ampliar o número de serviços virtuais da Carta de Serviços”.

Com a pandemia, este processo foi drasticamente acelerado. Foram virtualizados serviços que até então eram oferecidos exclusivamente de forma presencial, como, por exemplo, a confecção do título de eleitor, atualmente realizada por meio do [JE Digital](#).

Estes serviços virtuais estão sendo constantemente aprimorados e já são oferecidos permanentemente de forma remota, trazendo inúmeros benefícios às pessoas que procuram por atendimento da Justiça Eleitoral, além de economia de recursos públicos. O principal desafio, neste momento, é elevar os níveis de segurança tecnológica a esses serviços virtuais de forma a afastar possíveis fraudes no cadastro eleitoral.

Agilidade na Prestação Jurisdicional

Reduzir o tempo para julgamento dos processos judiciais é um dos grandes desafios do TRE-RS. O avanço tecnológico e a consequente virtualização dos processos são grandes aliados para o alcance deste objetivo. Além disso, a instituição criou grupos de apoio a atividade jurisdicional de 1º grau, implantou novas ferramentas de controle gerencial e acompanhamento dos processos, e vem adotando práticas já reconhecidas de agilização processual para que, a curto e médio prazo, os efeitos positivos possam refletir na redução do tempo necessário de julgamento.

Eleições 2024

O combate à desinformação continuará sendo um dos principais desafios da Justiça Eleitoral nas próximas eleições. Tornar o processo eleitoral mais transparente (facilitando a fiscalização e permitindo auditorias), disponibilizar informações nos diversos meios de comunicação (campanhas em site, redes sociais, rádios e televisão) e combater as denominadas *fake news* são trabalhos já em andamento e que permitirão fortalecer a imagem institucional e aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1. Governança

À governança do TRE-RS cabe direcionar e orientar a instituição na preparação, articulação e coordenação de políticas, planos e ações estratégicas, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas. Também é função da governança avaliar o ambiente e os cenários, acompanhar o desempenho organizacional e monitorar os resultados. Amparada pela [Resolução n. 319/2018](#), está estruturada de forma a ampliar a visão sistêmica e a multidisciplinaridade das instâncias decisórias, contribuindo, assim, para que se alcancem os objetivos por meio de decisões mais efetivas, completas e conectadas com os justos anseios da sociedade.

A estrutura de governança do TRE gaúcho tem como principal instância o Conselho de Administração, o qual é apoiado pelos Comitês Estratégicos e Comissões, pela Secretaria de Auditoria Interna e pela Ouvidoria.

O Conselho de Administração

- Composição: presidente, vice-presidente / corregedor, diretor-geral e secretários.
- Competências: análise e manifestação sobre a gestão estratégica do Tribunal, bem como sobre políticas institucionais, gestão de riscos, de projetos, da qualidade, de processos organizacionais, definição de objetivos e metas, monitoramento de resultados e controles internos.

O Conselho realizou duas [Reuniões de Avaliação da Estratégia \(RAE\)](#) em 2023, com o intuito de monitorar os resultados e deliberar sobre temas de sua competência, destacando-se aqueles relacionados ao [Plano Estratégico 2021-2026](#).



Comitês Estratégicos

Os comitês possuem composição multidisciplinar e têm como competência a análise de temas específicos sobre governança e gestão estratégica, a fim de auxiliar o Conselho de Administração por meio de coletas de dados, estudos, relatórios e proposições. As reuniões ocorrem sem periodicidade prefixada e suas deliberações são encaminhadas ao Conselho de Administração para análise. Atualmente, o TRE-RS possui os seguintes comitês:

- **Comitê de Comunicação:** responsável por implementar a Política de Comunicação do TRE-RS.
- **Comitê de Gestão de Pessoas:** destina-se a estudar, planejar e propor, dentro de sua área de atuação, políticas e ações voltadas aos servidores da instituição.
- **Comitê de Tecnologia da Informação:** destina-se a aconselhar sobre o direcionamento estratégico de Tecnologia da Informação (TI), analisar e determinar prioridades dos programas de investimentos em TI, monitorar o estado atual dos projetos de sua área e monitorar os níveis de serviços de TI.
- **Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau:** atende aos requisitos da Resolução CNJ n. 194/2014.
- **Comitê Permanente de Segurança Institucional:** trata das questões ligadas à segurança patrimonial e de pessoal.
- **Comitê Valor Público (Comissão Gestora do PLS e Comissão de Acessibilidade e Inclusão):** responsável por desenvolver políticas socioambientais. Atua também no sentido de promover, criar e implementar ações voltadas a assegurar à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida sua inclusão social e o livre acesso aos serviços/produtos oferecidos.
- **Comitê de Segurança da Informação:** objetiva analisar, propor, divulgar e estabelecer os procedimentos de cibersegurança institucional.
- **Comitê Estratégico de Integridade:** visa a estruturar, reforçar e promover a cultura de integridade institucional.

Ações de Governança e Gestão

Área	Ações
Governança Pública	Aprovado o Plano de Integridade Institucional.
	Instituído o Plano de Contingência Operacional
	Aprovada a Política de Continuidade de Negócios
	Editada IN que regulamenta a gestão de riscos de segurança da informação
Governança e Gestão de Pessoas	Iniciado o processo de contratação para Dimensionamento da Força de Trabalho
	Realizados eventos de valorização e engajamento de servidores.
Governança e Gestão de TIC	Modernizada e atualizada a plataforma de serviços <i>JE Digital</i> .
	Publicado o Plano de Transformação Digital do TRE-RS
Governança e Gestão de Contratações	Estrutura administrativa para tratar exclusivamente dos processos de contratações.
	Desenvolvido de novo portal de transparência das contratações.

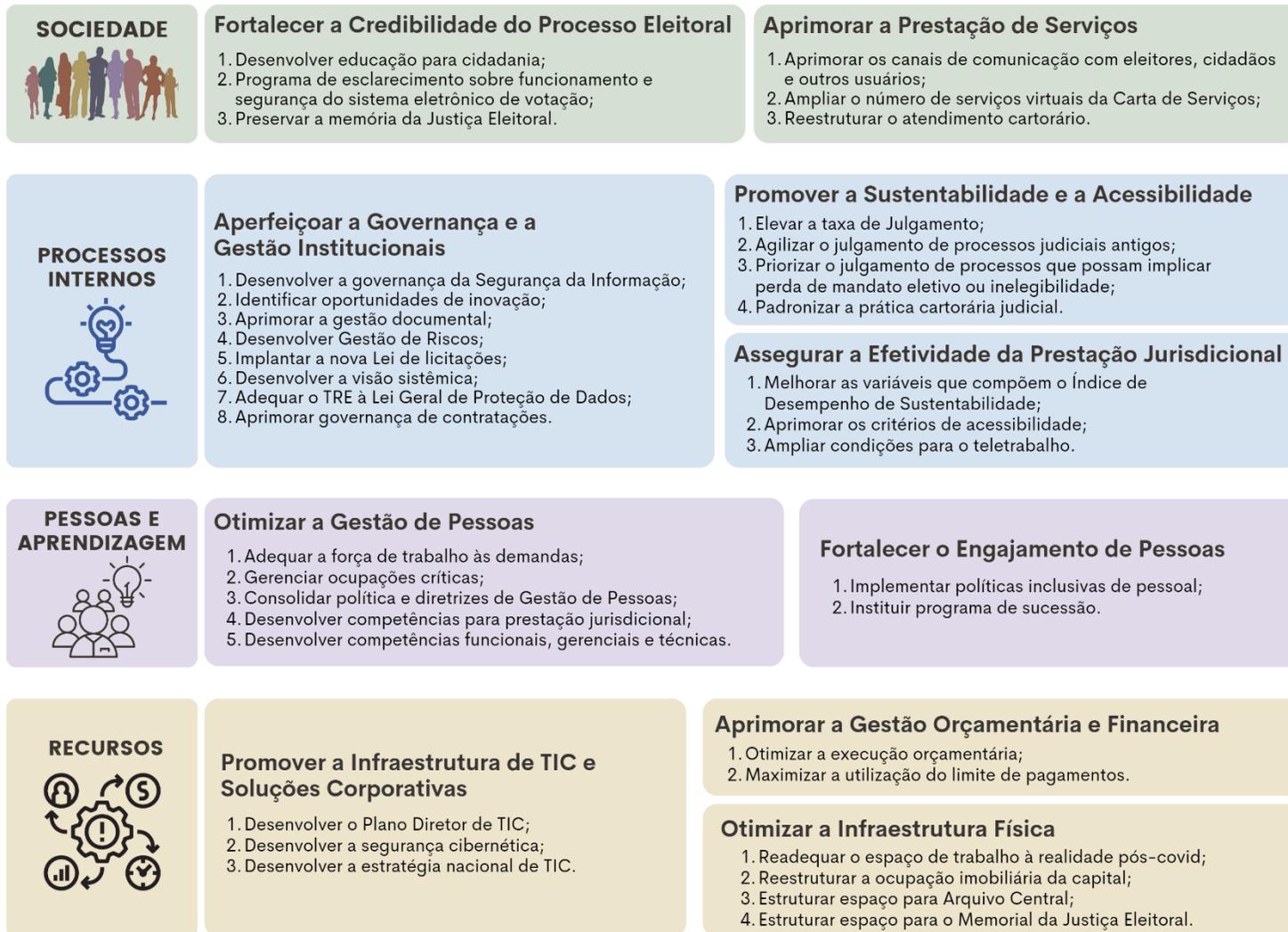
3.2. Planejamento Estratégico

O processo de Planejamento Estratégico do TRE-RS segue as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pela Estratégia Nacional do Poder Judiciário, sem deixar de preservar a vinculação com a realidade local e a cultura própria da instituição.

O Plano Estratégico 2021-2026, aprovado pela [Resolução TRE-RS 367/2021](#), é composto de 4 perspectivas, 10 objetivos estratégicos e as respectivas iniciativas para concretizá-los, conforme representado na imagem ao lado.

Foi construído a partir do diagnóstico elaborado de forma conjunta entre administração, magistrados, servidores e sociedade. Teve como premissas o alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela [Resolução CNJ n. 325/2020](#), com as diretrizes estabelecidas pelo TSE e com a agenda 2030 da ONU, vinculando cada um dos objetivos estratégico aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Plano Estratégico, assim como os anteriores, utilizou a ferramenta *Balanced Scorecard*, instrumento de planejamento que distribui os objetivos em diferentes perspectivas, alinhando metas, indicadores e iniciativas. Temas como trabalho remoto, virtualização de serviços, otimização da força de trabalho e dos espaços físicos pautaram o planejamento para os próximos anos do TRE-RS.



3.3. Resultados e Desempenho da Gestão

3.3.1. Objetivos Estratégicos

A seguir, são apresentados os objetivos, indicadores, metas e resultados alcançados. O Plano Estratégico do TRE-RS, pelo perfil de atuação institucional, apresenta metas e indicadores para ciclos diferentes, de acordo com a sazonalidade da atividade eleitoral.

Indicadores da perspectiva Sociedade

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Fortalecer a Credibilidade do Processo Eleitoral	Confiança do Cidadão no Processo Eleitoral	80%	85%	-	-	100%
	Eleitores Habilitados a Votar por Biometria	85%	87%	-	-	
	Ações de Promoção da Cidadania e de Fortalecimento da Democracia	>= 12 ações	15	>= 12 ações	32	

Análise do resultado: As ações voltadas ao público externo buscaram ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral, incentivar o exercício consciente da cidadania, esclarecer sobre a segurança e confiabilidade da urna eletrônica, incentivar a participação de grupos politicamente sub-representados e combater a desinformação em matéria eleitoral.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Aprimorar a Prestação de Serviços	Grau de Satisfação dos Cidadãos/Usuários	>= 80%	88%	>= 80%	97%	50%
	Transparência e Acesso à Informação	>= 95%	97%	>= 95%	94%	

Análise do resultado: Embora o resultado do indicador de transparência tenha ficado minimamente aquém do esperado (por uma falha operacional em nosso site), os resultados expressam a capacidade do TRE-RS de entregar valor à sociedade.

Indicadores da perspectiva Processos Internos

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Institucionais	Prêmio CNJ de Qualidade	Categoria Ouro	Categoria Prata (81%)	Categoria Ouro	Categoria Prata (89%)	0%
	IgovTIC-JUD (CNJ)	>=80%	79%	>=83%	82%	

Análise do resultado: objetivo não alcançado em 2023, embora o resultado tenha ficado muito próximo do estabelecido como meta. Quanto ao prêmio CNJ de Qualidade, em que pese a pontuação do TRE-RS ter apresentado elevação, se comparada ao ano anterior, a instituição não alcançou pontuação suficiente para enquadramento na Categoria Ouro de premiação (visto que esta se dá pela comparação entre os demais tribunais). Já em relação ao indicador IgovTIC, o TRE-RS ficou novamente a apenas 1% aquém da meta estabelecida.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Promover a Sustentabilidade e a Acessibilidade	Índice de Desempenho de Sustentabilidade	>= 60%	76% (1º entre os TRE's)	>= 60%	82% (2º entre os TRE's)	100%
	Instalações Físicas Adequadas a Pessoas com Deficiência	>= 86,5%	87%	>= 88%	88%	

Análise do resultado: o resultado, que supera a meta estabelecida, reflete as ações contínuas direcionadas a eliminar barreiras arquitetônicas (degraus, obstáculos etc.) que impedem o acesso de pessoas com deficiência aos imóveis, principalmente cadeirantes ou demais pessoas com mobilidade reduzida.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Assegurar a Efetividade da Prestação Jurisdicional	Taxa de Julgamento - 1º Grau	>= 100%	198%	>= 100%	110%	83%
	Taxa de Julgamento - 2º Grau	>= 100%	104%	>= 100%	86%	
	Julgamento de Processos Antigos - 1º Grau	>= 80%	98%	>= 70%	98%	
	Julgamento de Processos Antigos - 2º Grau	>= 80%	95%	>= 70%	98%	
	Julgamento dos Processos Relativos à Perda de Mandato Eletivo e/ou Inelegibilidade - 1º Grau	>= 60% (2020)	84% (2020)	>= 80% (2020)	85% (2020)	
	Julgamento dos Processos Relativos à Perda de Mandato Eletivo e/ou Inelegibilidade - 2º Grau	>= 90% (2018) >= 60% (2020)	100% (2018) 98% (2020)	>= 80% (2020) >= 40% (2022)	100% (2020) 100% (2022)	

Análise do resultado: objetivo relativo a um dos principais macroprocessos de trabalho do Tribunal alcançado com êxito em quase sua totalidade, em razão da agilização dos trâmites processuais. Vale salientar que, mesmo que 2023 não tenha sido um ano de eleições ordinárias, o passivo de processos resultantes das Eleições de 2022 (prestações de contas dos candidatos não eleitos) são, pelo cálculo desta meta, contabilizados como atuados em 2023, o que pesou sobremaneira para o não atingimento da meta 1 do 2º grau.

Indicadores da perspectiva Pessoas e Aprendizagem

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Otimizar a Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	--	--	72%	69%	50%
	Adequação às competências individuais	>= 85%	98%	>= 85%	99%	

Análise do resultado: indicador reflete que o tribunal consegue conciliar as competências de seus servidores às necessidades da instituição, demonstrando êxito no planejamento de sua oferta de capacitações. Outro elemento que também compõe o resultado positivo é o alto nível educacional de seu quadro funcional. Já em relação ao indicador de Clima Organizacional, a meta não foi alcançada, alertando a instituição para que novas ações sejam tomadas em busca de melhorias.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Fortalecer o Engajamento de Pessoas	Engajamento da Força de Trabalho	--	--	4,5	4,4	0%

Análise do resultado: embora a meta tenha quase sido atingida, percebe-se que há espaço para melhorias institucionais que impactam nas condições de trabalho e demais aspectos que refletem no engajamento de seus servidores.

Indicadores da perspectiva Recursos

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Promover a Infraestrutura de TIC e Soluções Corporativas	Cumprimento do PDTIC	>= 90%	44%	>= 90%	53%	0%

Análise do resultado: O PDTIC é fortemente impactado pela Estratégia Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), a qual incorpora requisitos mais complexos à governança e gestão de TIC. Vale ressaltar, também, que alguns indicadores e metas definidos à época da elaboração do Plano (PDTIC) demonstraram-se inadequados ou superestimados, o que exigirá revisão e readequação na próxima atualização.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Aprimorar a Gestão Orçamentária e Financeira	Execução orçamentária	>= 95%	99%	>= 95%	99%	100%
	Utilização do limite de pagamento	>= 85%	90%	>= 85%	95%	

Análise do resultado: objetivo cumprido com êxito, demonstrando comprometimento da instituição com suas finanças.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023	Resultado do Objetivo
Otimizar a Infraestrutura Física	Adequação da infraestrutura física	>= 80%	100%	>= 80%	85%	100%

Análise do resultado: o resultado supera a meta estabelecida e é um reflexo das adequações realizadas nos imóveis ocupados pelas unidades da Justiça Eleitoral e das mudanças realizadas de cartórios para imóveis com melhores condições físicas.

3.3.2. Principais Programas, Projetos e Ações da Cadeia de Valor

Eleições

Em 2023 não houve eleições ordinárias, as quais ocorrem apenas nos anos pares. No entanto, o ano foi de análise e avaliação das Eleições 2022, início do planejamento das Eleições 2024 e de Renovação de Eleições em três municípios.

A renovação de eleição ocorre sempre que uma decisão judicial acarreta o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário. No ano em questão, ocorreram três novas eleições para prefeito nos municípios de Capão do Cipó, Miraguaí e Redentora, todas em 5 de março e com aproximadamente 13 mil eleitores.



232 colaboradores convocados

55 seções eleitorais instaladas



Custo total: R\$ 206 mil

Resultado final às 18h31min

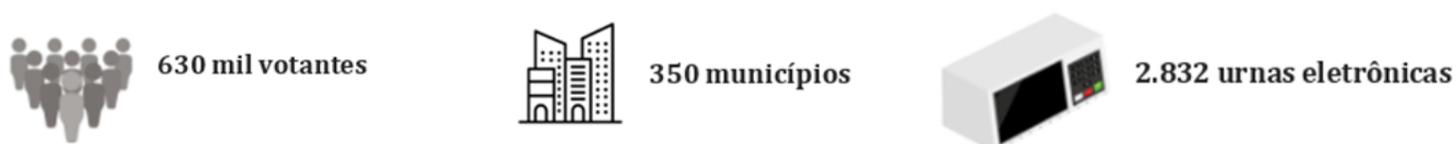
Já o planejamento das próximas eleições municipais é chamado de Projeto Eleições 2024, o qual tem por objetivo coordenar todas as ações e etapas dos processos de trabalho relativos ao pleito.

Para as Eleições 2024, o projeto abrangerá 21 planos de ação, conforme descritos a seguir:

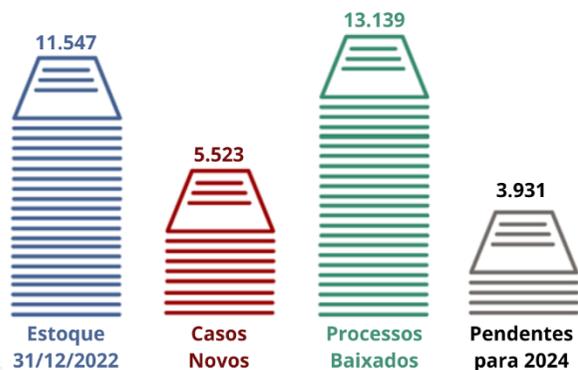


Eleições Comunitárias

As entidades públicas organizadas e instituições de ensino podem solicitar à Justiça Eleitoral, de forma gratuita, o empréstimo de urnas eletrônicas, mídias e recursos técnicos necessários à realização de eleições comunitárias. Este empréstimo visa a proporcionar o uso pela sociedade dos equipamentos adquiridos com recursos públicos, que, em princípio, ficariam inativos no período entre as eleições oficiais. Em 2023, foram realizadas 358 eleições comunitárias, com uso de 2.832 urnas eletrônicas, em 350 municípios diferentes, com um total de 630 mil votantes.



Prestação Jurisdicional



Como esperado, houve reduzido ingresso de processos em 2023, visto que não ocorreram eleições ordinárias. No entanto, o volumoso saldo remanescente das Eleições de 2022, formado por processos de prestação de contas (cuja atuação acontece somente após as eleições), transformou-se em grande desafio da atuação jurisdicional do TRE-RS. Tais processos normalmente exigem minuciosa análise contábil, demandam diversas diligências e, por vezes, têm suas decisões contestadas, dificultando que seu julgamento definitivo seja realizado no curto prazo.

Ainda referente à atuação jurisdicional, é de se destacar que, desde 2019, todos os novos processos são virtuais, o que gera economia considerável de tempo e recursos, além de promover maior acesso à Justiça e transparência de seus atos.

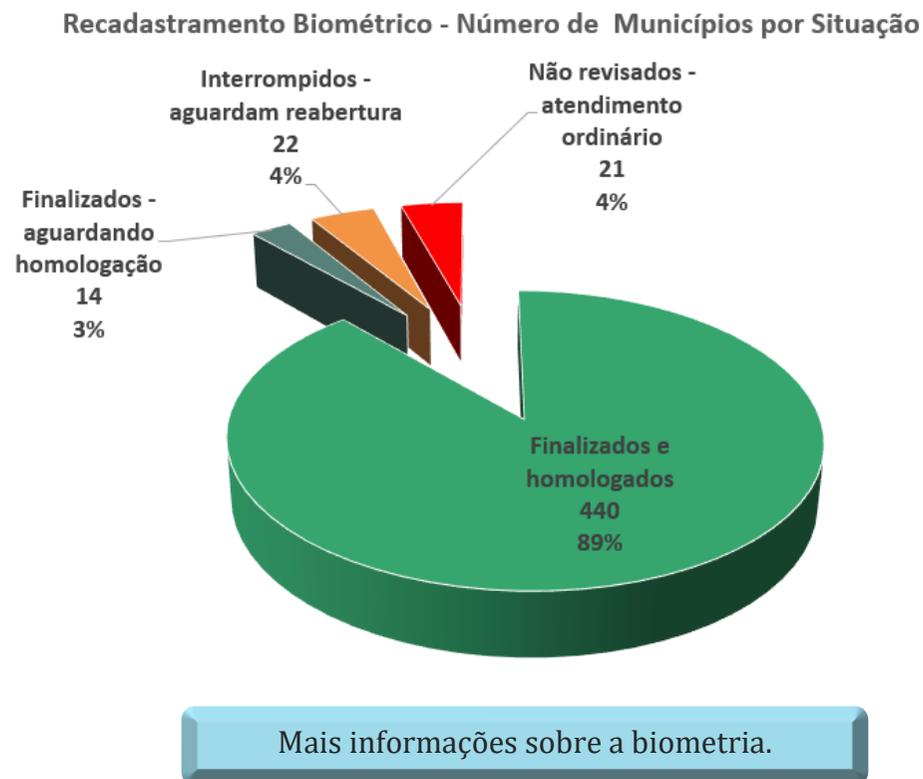
[Outras estatísticas processuais.](#)

[Mais informações sobre os serviços judiciais.](#)

Cadastramento Eleitoral

O TRE-RS ampliou o atendimento virtual e remoto aos eleitores, com o aprimoramento do serviço Justiça Eleitoral Digital por meio da utilização de aplicativo de mensagens (Whatsapp) para a agilização da atividade. Essa melhoria na prestação do serviço acabou sendo reconhecida nacionalmente, com o recebimento dos prêmios Judiciário Exponencial, Prêmio CONIP de Excelência na Gestão Pública e o Selo Destaque Cidadania da Corregedoria Geral Eleitoral. Em 2023, 252.814 eleitores procuraram o TRE-RS para atualizar o título eleitoral, sendo aproximadamente 80% de forma virtual.

Em relação ao recadastramento biométrico, projeto que objetiva dar mais segurança ao processo eleitoral, o TRE-RS apresenta 83% de seu eleitorado com a biometria coletada e 440 (de 497) cidades com o recadastramento concluído.



3.4. Resultados das Principais Áreas de Atuação

3.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira

O TRE-RS trabalha com três grandes orçamentos: Ordinário, Eleições e Biometria. Enquanto o primeiro é obtido via Lei Orçamentária Anual (LOA), os dois últimos compõem o orçamento gerenciado pelo TSE e disponibilizado aos tribunais regionais conforme necessidade.

O orçamento total para 2023 foi de R\$ 401.554.655,31, dos quais R\$ 398.171.594,17 foram executados, conforme demonstrado a seguir:

ORÇAMENTO ELEIÇÕES

PESSOAL	R\$ 0,19
Despesas diversas com pessoal	R\$ 0,19
CUSTEIO	R\$ 0,63
Softwares e Equipamentos de segurança da Informação	R\$ 0,58
Outros	R\$ 0,05

R\$ 0,82

ORÇAMENTO ORDINÁRIO

R\$ 392,87

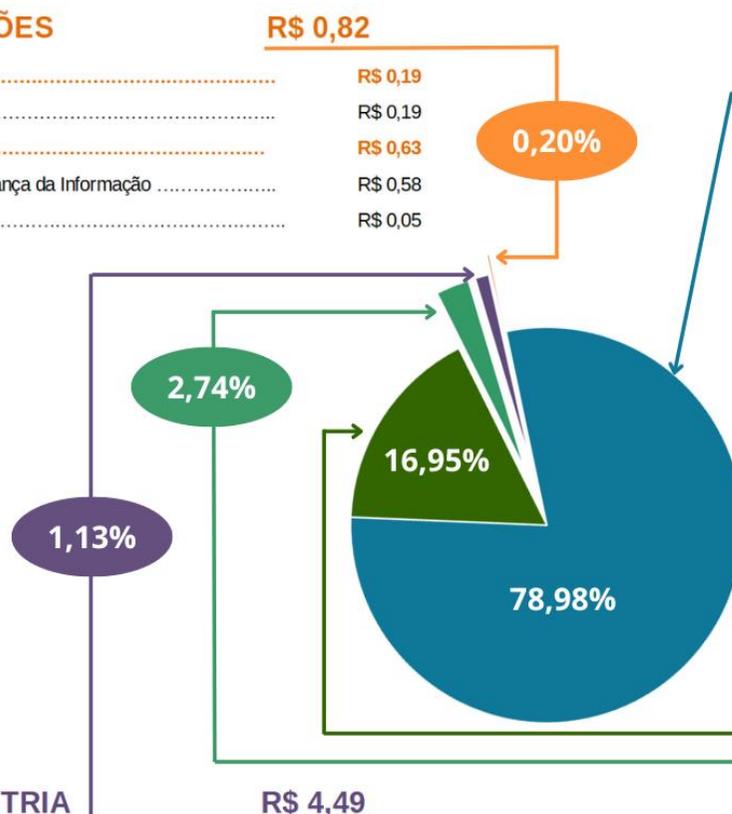
PESSOAL	R\$ 314,48
Ativos	R\$ 213,16
Aposentadorias e Pensões	R\$ 64,56
Contribuição da União para o Regime de Previdência	R\$ 36,76
DESPESAS DE CUSTEIO	R\$ 67,49
Auxílios e Benefícios a servidores	R\$ 27,00
Serviços terceirizados (limpeza, vigilância, telefonia, recepção, etc)	R\$ 12,09
Locação de Imóveis e equipamentos	R\$ 9,99
Serviços específicos de TIC	R\$ 7,40
Manutenções e reformas	R\$ 3,45
Estagiários permanentes	R\$ 2,17
Energia elétrica, água e esgoto	R\$ 1,69
Materiais de Consumo (adm e TIC)	R\$ 1,41
Diárias e Passagens	R\$ 0,93
Capacitação de pessoal	R\$ 0,71
Outros	R\$ 0,66
INVESTIMENTOS	R\$ 10,90
Equipamentos de TIC e Comunicação	R\$ 6,24
Aquisição e desenvolvimento de Softwares	R\$ 3,12
Móveis, Materiais Permanentes e Equipamentos	R\$ 0,89
Veículos	R\$ 0,65

Valores empenhados expressos em R\$ milhões

ORÇAMENTO BIOMETRIA

INVESTIMENTOS	R\$ 4,49
Equipamentos de Coleta Biometria	R\$ 3,81
Softwares e Equipamentos de segurança da Informação	R\$ 0,68

R\$ 4,49



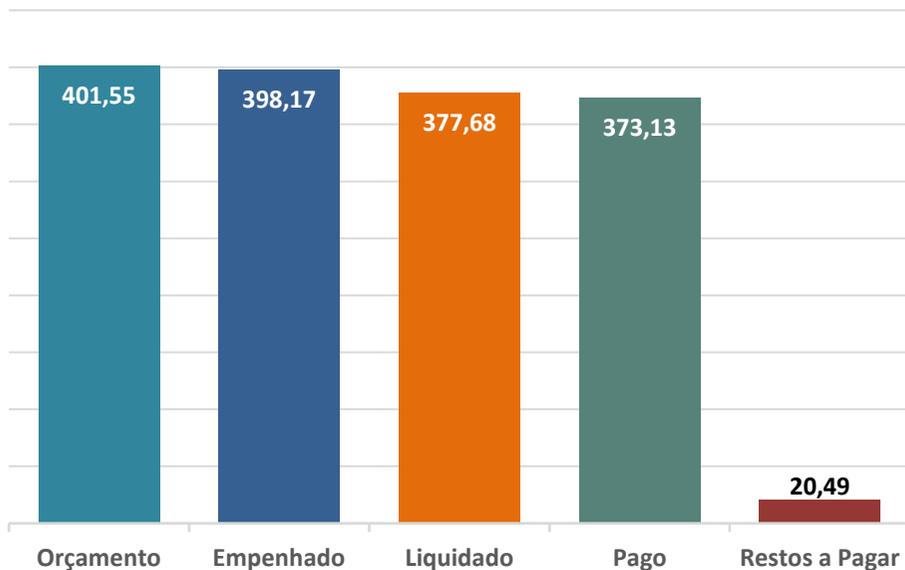
Grande parte do orçamento refere-se a pessoal (79%) e custeio dos serviços (17%), enquanto os investimentos (4%) são focados na melhoria da infraestrutura para a prestação de serviços, principalmente equipamentos de TI e Segurança da Informação.

Em relação ao ano anterior, o orçamento Ordinário de 2023 decresceu em R\$ 22 milhões, especialmente devido à redução de custos de eleição.

O orçamento de Biometria voltou a compor o montante recebido pelo TRE-RS, após mais de dois anos de suspensão, em razão da pandemia. Foram investidos cerca de R\$ 4,5 milhões em equipamentos e softwares para a recadastramento biométrico. Tal quantia representa pouco mais de 1% do orçamento total da instituição.

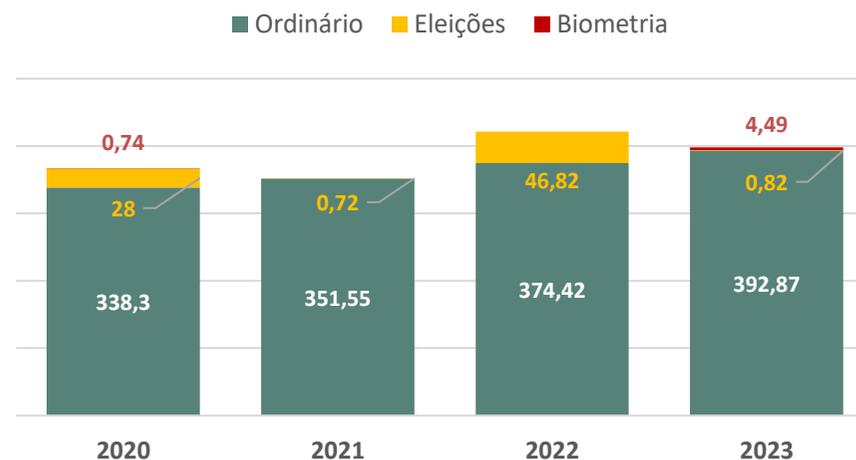
Orçamento e Execução Orçamentária 2023

(valores em R\$ milhões)

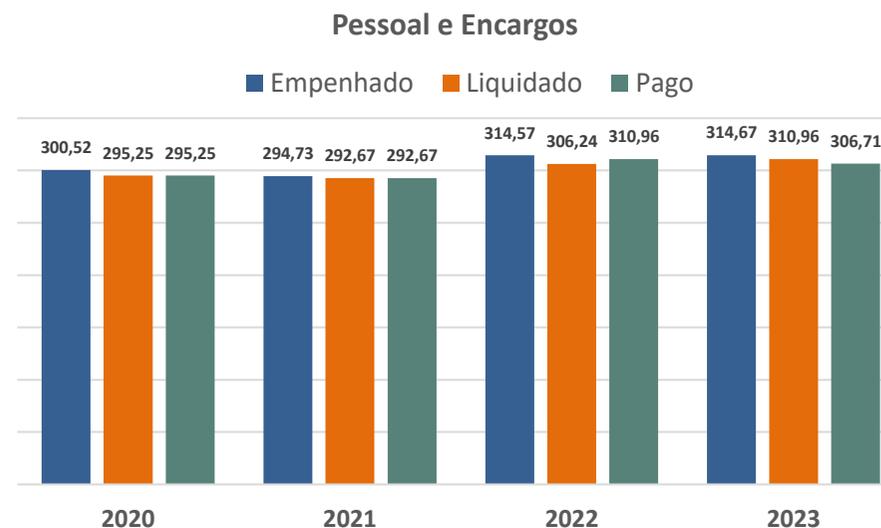


Evolução da execução orçamentária nos últimos anos

Por tipo de orçamento (em R\$ milhões)



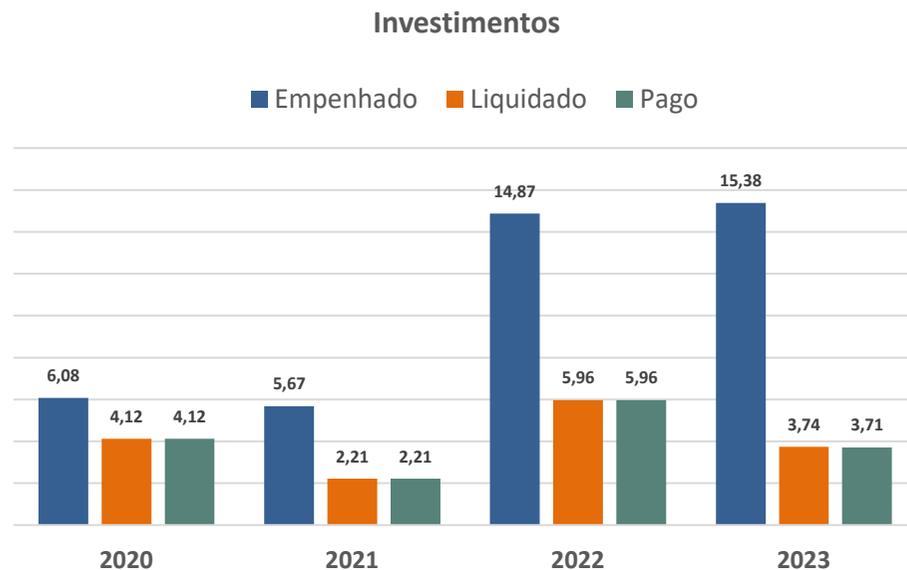
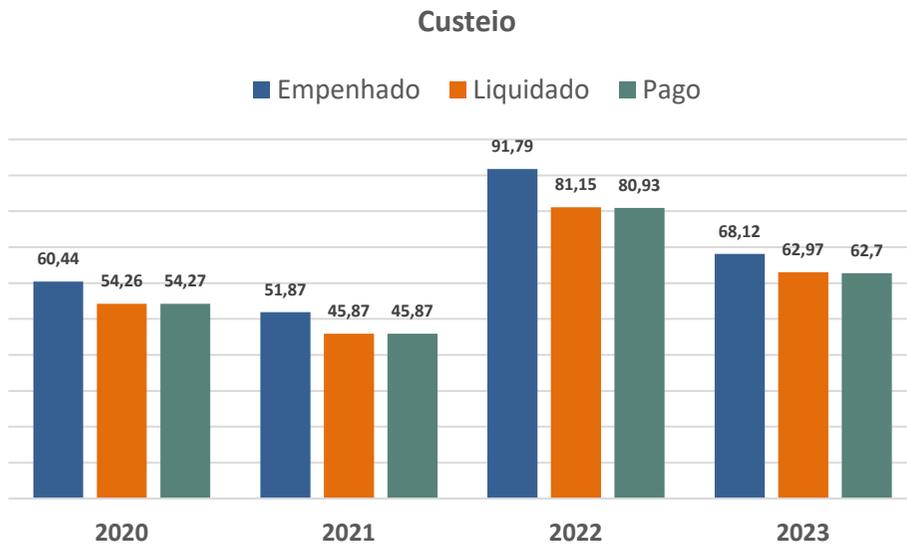
Por grupo de despesa (em R\$ milhões)



Análise das Variações do Resultado e Desempenho Financeiro

Com base na análise das [demonstrações contábeis](#), é possível destacar:

- os equipamentos de Tecnologia da Informação, que correspondem a 92% do saldo da conta de Bens Móveis.
- as urnas eletrônicas, que representam 70% do grupo de Equipamentos de Tecnologia da Informação e 65% do total dos Bens Móveis do TRE/RS.
- o valor registrado em instalações, se refere às obras realizadas nos prédios do Tribunal, valores que serão agregados a conta-corrente edifícios, após reavaliação dos prédios.
- o Balanço Financeiro apresenta o volume de Transferências Financeiras Recebidas no valor de R\$ 396.602.171,76 e a despesa orçamentária do exercício no valor de R\$ 398.171.594,77.



Principais metas não alcançadas, desafios e ações futuras

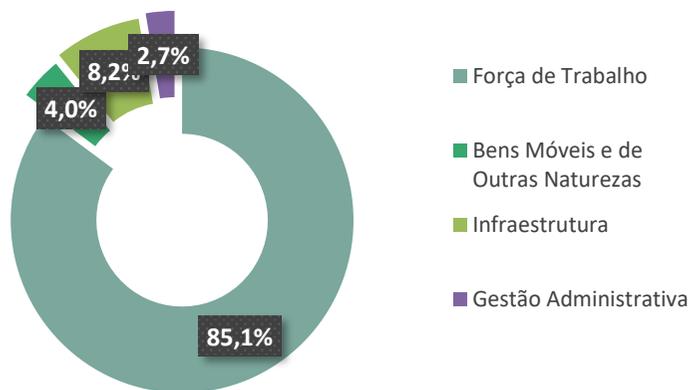
As metas orçamentárias programadas para 2023 (assegurar disponibilidade orçamentária para realização das Eleições Municipais e para continuidade da reforma da futura sede do TRE-RS) foram alcançadas com êxito. A única exceção foi a não conclusão do cadastramento biométrico durante este ano.

Os desafios e ações futuras consistem em planejar e garantir o orçamento necessário para a conclusão do cadastramento biométrico no estado, e o planejamento e execução das Eleições Municipais de 2024.

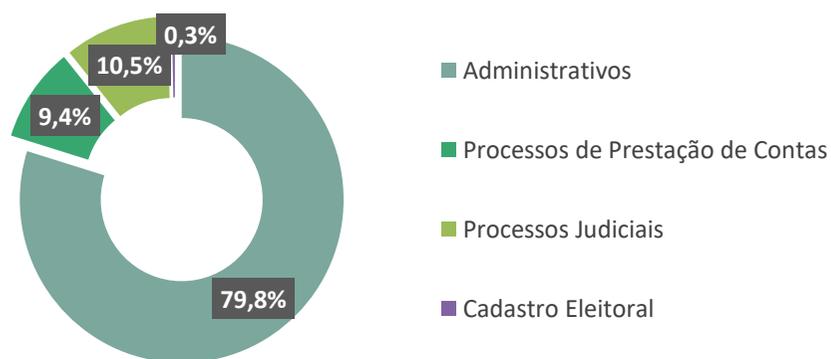
3.4.2. Gestão de Custos

A apuração de custos na Justiça Eleitoral é responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral e está regulamentada pela [Resolução TSE nº 23.504/2016](#). Além deste normativo, a gestão de custos também é direcionada pela Lei anual de Diretrizes Orçamentárias – LDO ([Lei n. 14.436/2022](#)) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF ([Lei Complementar n. 101/2000](#)).

Custos por natureza do gasto



Custos por atividades



Relatório completo sobre Gestão de Custos

3.4.3. Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

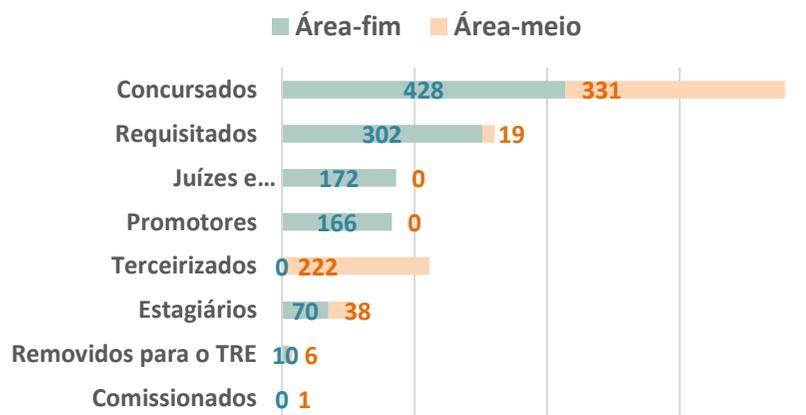
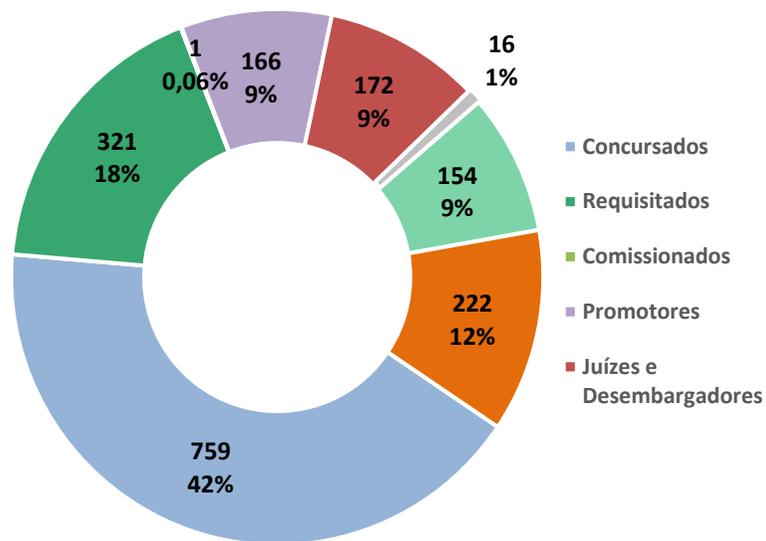
As principais normas são a [Lei n. 8.112/1990](#) e as diversas diretrizes externas expedidas pelo TSE, CNJ e TCU. Além disso, o TRE-RS dispõe de normativos infralegais (portarias, resoluções, instruções e entendimentos administrativos) que versam sobre os temas relacionados à gestão de pessoas. Quanto à folha de pagamento, fonte da maior despesa do TRE-RS, além dos controles externos mencionados, existem diversos outros internos exercidos pelas secretarias de gestão de pessoas, de orçamento e finanças e de auditoria interna (esta também realiza auditorias de conformidade, de riscos e de apoio à gestão de pessoas).

Avaliação da Força de Trabalho

O TRE-RS possui quadro próprio de servidores, os quais são providos por meio de concurso público. Além destes servidores, a instituição conta ainda com diversas outras classes de trabalhadores, os quais possuem vínculo temporário com o TRE-RS e exercem suas funções majoritariamente na área-fim.

Os números relativos à força de trabalho revelam que, além do quadro efetivo, há uma necessidade de complemento de pessoal por meio de requisições e estagiários para atender as demandas permanentes e, principalmente, as sazonais, como a realização das eleições e o recadastramento biométrico.

Força de Trabalho

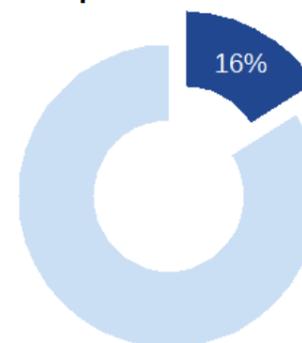


Referente ao quadro próprio, são 795 cargos existentes, dos quais 19 estão vagos e outros 17 encontram-se atualmente removidos / cedidos para outros Tribunais, restando 759 servidores que estão efetivamente exercendo suas funções no TRE-RS.

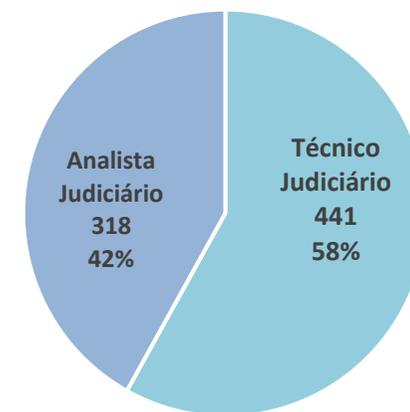


Quadro próprio de servidores

Aposentadorias previstas nos próximos 5 anos



47 Analistas e 75 Técnicos Judiciários



Faixa Etária



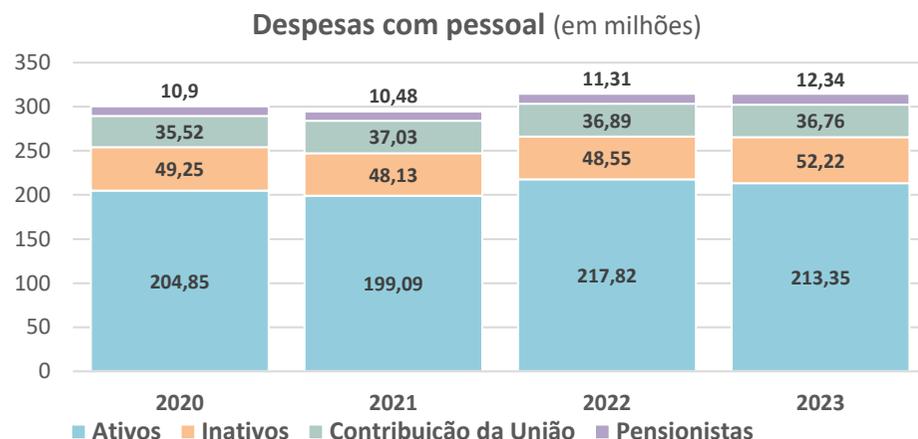
Escolaridade



Mais informações sobre a força de trabalho do TRE-RS

Detalhamento da Despesa com Pessoal

Os gastos com pessoal mantiveram-se estáveis em 2023, se comparado com o ano anterior. Os números demonstram leve redução nas despesas com ativos (já esperado para um ano sem eleições ordinárias) e pouca elevação nos gastos com aposentadorias e pensões, confirme gráfico abaixo.



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

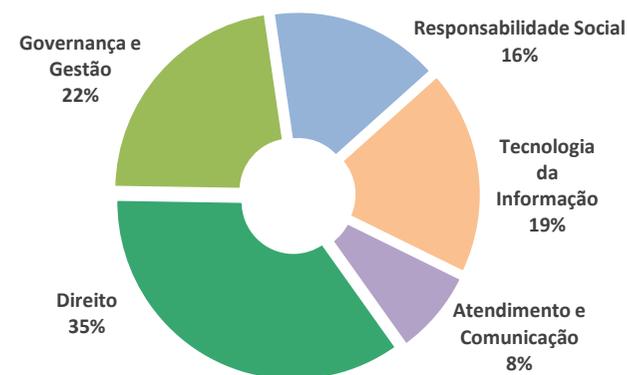
O recrutamento externo para o quadro de servidores acontece por meio de concurso público. Os cargos em comissão são ocupados quase em sua totalidade por concursados. Magistrados e Promotores são definidos de acordo com os artigos 25 e 27 do [Código Eleitoral](#). Os requisitados ([Lei nº 6.999/1982](#); [Lei nº 13.328/2016, art. 105](#); e [Resolução TSE n. 23.523/2017](#)), estagiários (seleção realizada pelos gestores da instituição) e terceirizados (empresa vencedora da licitação) são contratados conforme a necessidade. A movimentação interna e a lotação de servidores leva em conta as necessidades das unidades e a disponibilidade de vagas, nos termos da [IN-DG n. 18/2015](#). Pode ocorrer pelo interesse da administração ou mesmo utilizando a lotação por competências, que considera as especificações da função e

as questões técnicas, gerenciais e comportamentais exigidas pela unidade. As vagas existentes são abertas a todos os servidores, sendo que o critério de seleção se baseia especialmente no perfil de competências do candidato.

Capacitação

O TRE-RS norteia suas ações de capacitação para o desenvolvimento de lacunas e oportunidades de melhorias em competências técnicas, gerenciais e comportamentais, buscando a persecução dos [objetivos estratégicos](#) da organização. Nesse sentido, o principal instrumento de planejamento das ações de capacitação é o Plano Anual de Trabalho e Capacitação, alinhado ao [Projeto Pedagógico](#) institucional da Escola Judiciária Eleitoral.

Em 2023 com um orçamento de R\$ 403 mil, o TRE-RS promoveu 165 ações de capacitação (presencial e à distância), totalizando 5.633 participações e 2.230 horas de treinamento nas seguintes áreas:



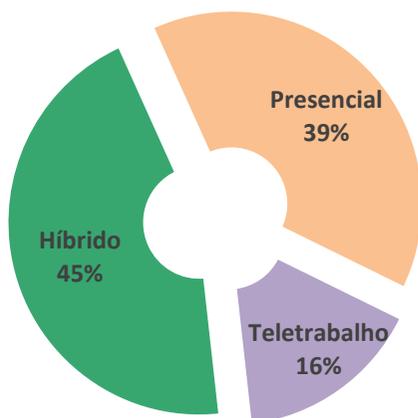
Além das capacitações, outras 25 ações com vistas ao reconhecimento, engajamento e motivação de servidores foram realizadas pela área de gestão de pessoas, totalizando 6.782 participações.

Teletrabalho e Trabalho Híbrido

O TRE-RS iniciou o regime de teletrabalho, por meio de um projeto-piloto, no segundo semestre de 2019.

No entanto, a pandemia impôs o regime de trabalho remoto para praticamente todas as equipes da instituição (exceção aos períodos eleitorais, cuja alta demanda exigiu a suspensão do teletrabalho para uma parte considerável dos servidores).

Atualmente, com a disponibilização de equipamentos adequados, acessos remotos aos sistemas e, principalmente, o grande avanço na virtualização dos serviços aos cidadãos, cerca de 16% dos servidores do Tribunal encontram-se em teletrabalho (totalmente remoto) e outros 45% exercem suas atividades na modalidade híbrida (presencial e remoto).



Frisa-se que as modalidades são regulamentadas pela Resolução TRE-RS n. 413/2023 e pela Instrução Normativa P TRE-RS n. 111/2023 e trouxeram agilidade nos serviços prestados, economia aos cofres públicos e maior qualidade de vida aos servidores.

Mais informações sobre o trabalho remoto no TRE-RS



Principais Desafios e Ações Futuras

- Redimensionamento da força de trabalho - readequar a força de trabalho às demandas;
- Ampliar as ações de engajamento dos servidores;
- Instituir programa de sucessão para novos líderes;
- Gerenciar ocupações críticas.

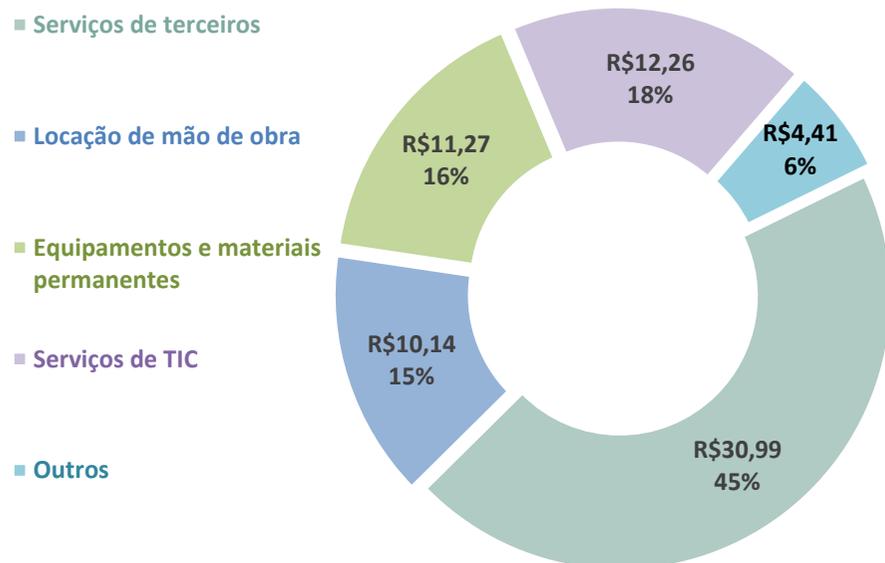
3.4.4. Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

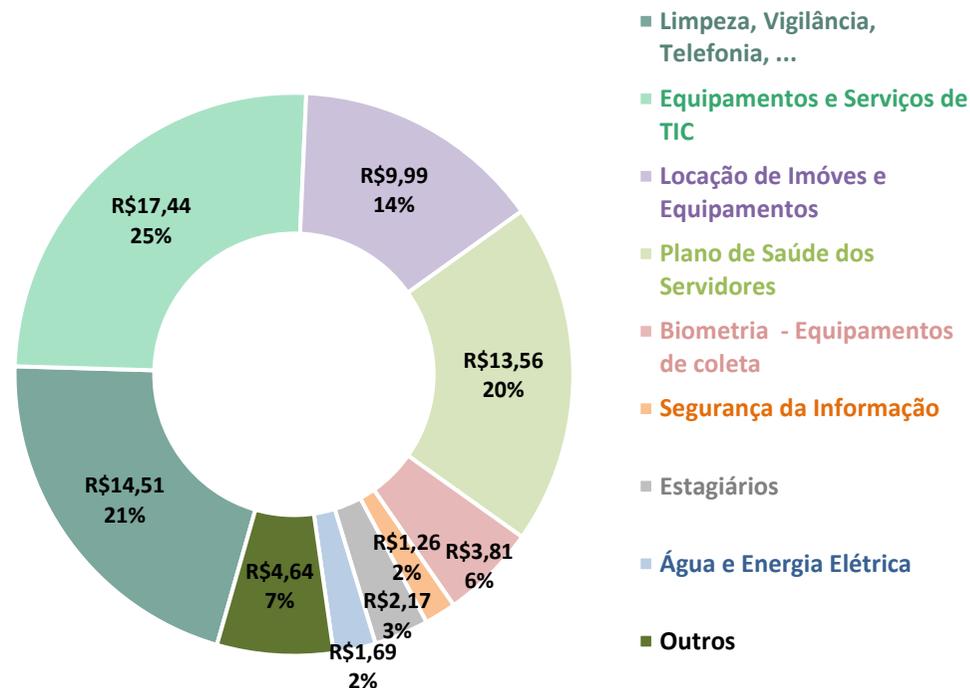
As principais normas são: Leis Federais n. [10.520/2002](#), [13.979/2020](#) e [14.133/2021](#), Decretos n. [7.174/2010](#), [9.412/2018](#), [10.024/2019](#), [11.246/2022](#), [11.462/2023](#) e [11.430/2023](#), Resolução TRE-RS n. [322/2019](#), Instruções Normativas da Presidência n. [54/2019](#), [85/2021](#), [97/2022](#) e [110/2023](#) do TRE-RS e, por fim, Instruções Normativas DG TRE-RS n. [23/2019](#), [25/2020](#), [28/2022](#), [30/2023](#), [31/2023](#) e [35/2023](#).

Despesas com contratações: R\$ 69,07 milhões

Contratações por Natureza (R\$ milhões)



Contratações por Finalidade (em milhões)



Contratações Diretas: R\$ 14,91 milhões

Representam 21,6% do total gasto em contratações no ano e seus objetos e situações enquadram-se nos artigos 74 e 75 da [Lei n. 14.133/21](#). Os principais tipos de contratações diretas são aluguéis de imóveis, energia elétrica, serviços postais, trabalhos técnicos, entre outros.

Mais informações sobre as contratações diretas.

Detalhes sobre todos os contratos vigentes.

Contratações mais relevantes

Objeto	Valor (em R\$ milhões)	Objetivo Estratégico	Justificativa
Plano privado de assistência médica aos servidores (Unimed)	R\$ 9,24	Fortalecer o engajamento de pessoas	Oferecer serviço de saúde qualificado aos servidores, proporcionando melhorias na qualidade de vida, diminuindo, assim, o absenteísmo.
Locação de Imóveis – cartórios eleitorais	R\$ 9,95	Aprimorar a prestação de serviços / Otimizar a infraestrutura física	Disponer de espaço físico adequado para atendimento ao público nos 165 cartórios eleitorais do estado.
Limpeza e conservação nos cartórios eleitorais do estado.	R\$ 6,74	Otimizar a infraestrutura física	Manter a qualidade do ambiente de trabalho ao público e servidores nos cartórios eleitorais.
Kit Bio – equipamentos para coleta biométrica	R\$ 3,81	Fortalecer a credibilidade do processo eleitoral	Viabilizar a coleta biométrica dos eleitores do estado, com intuito de tornar o cadastro eleitoral e as eleições mais seguros.
Licenças Microsoft	R\$ 3,34	Promover a Infraestrutura de TIC e Soluções Corporativas	Promover atualização tecnológica de softwares e sistemas, gerando ganhos de qualidade na prestação do serviço.

Importante ressaltar que, a fim de evitar fraudes, desvios e ineficiência nas contratações, o TRE-RS possui um Plano de Tratamento de Riscos voltado especificamente para as contratações realizadas em 2023, nos termos da [Portaria DG n. 461/2023](#).



Desafios e Ações Futuras

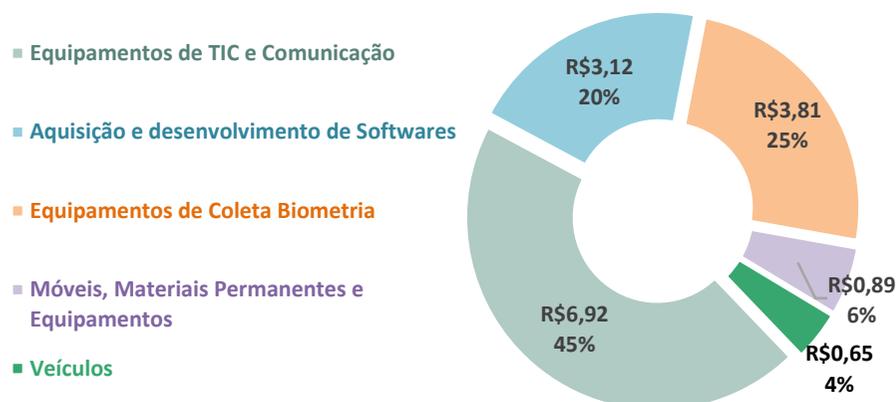
Promover e implementar práticas sustentáveis que envolvam gestão de resíduos sólidos, produção própria de energia por sistemas solares (já iniciado em 2021) e eficiência no uso de água e energia.

3.4.5. Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

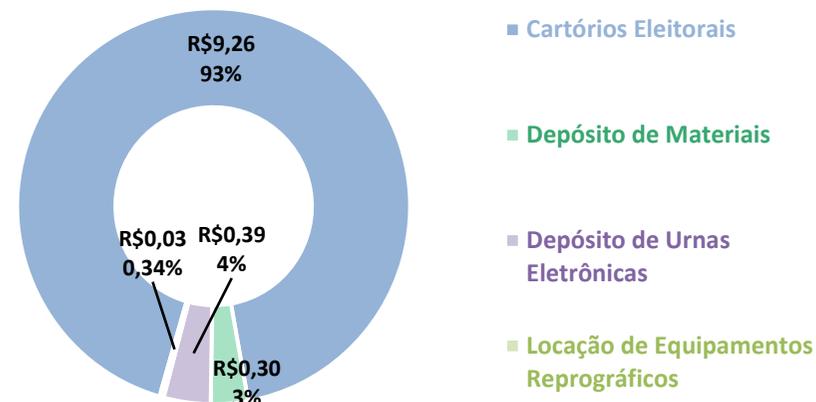
Conformidade Legal

As principais normas são: Leis n. 4.320/64 e 14.133/2021, Decreto n. 9.373/2018, Resolução TRE-RS n. 322/2019 e Instruções Normativas TRE-RS P n. 18/2010 e 107/2023.

Investimentos de Capital: R\$ 15,38 milhões



Locações de Imóveis: R\$ 9,99 milhões



Desfazimento de Ativos

Foram 8.755 itens, totalizando R\$ 1.108.979,89. A baixa patrimonial ocorreu sob forma de doação para 8.740 itens (R\$ 1.020.923,51) e por destinação para 15 itens (R\$ 88.056,38).

Mais informações sobre desfazimento de bens.



Principais desafios e Ações Futuras

Otimizar a infraestrutura existente à nova realidade de trabalho híbrido, reestruturar a ocupação imobiliária da capital e atender às novas exigências de acessibilidade em todos os imóveis da Justiça Eleitoral.

3.4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

O TRE-RS observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo CNJ, TSE e normativos próprios para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação.

Governança de TI

É definida pela [Resolução TRE-RS n. 272/2015](#), que institui duas instâncias:

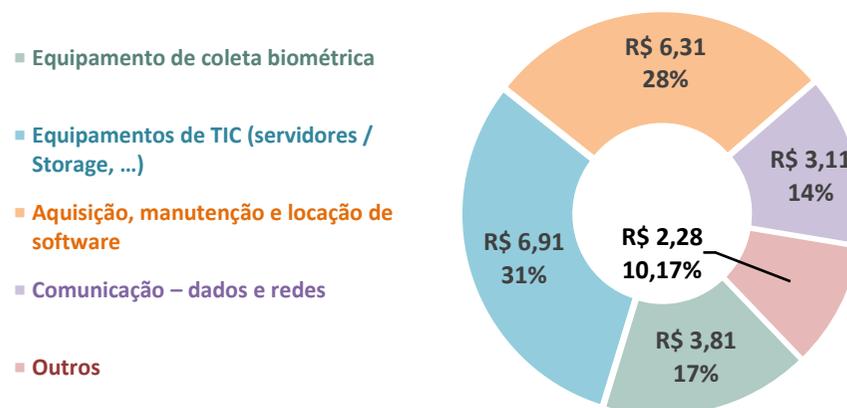
- **Comitê de TI:** composto por representantes da alta administração, é responsável pela definição de diretrizes, acompanhamento da gestão de TI e, especialmente, priorização de investimentos em contratações;
- **Comitê de Segurança da Informação:** formação multidisciplinar, com foco em proteção, segurança e privacidade de dados;
- **Comissão Executiva de TI:** composta por servidores da área, apoia o comitê e a secretaria de TI em decisões relativas à infraestrutura, proposta orçamentária e planos de contratação.

Contratações mais relevantes

- **Expansão da solução de hiperconvergência (R\$ 5,63 milhões):** sete novos módulos da solução que reúne armazenamento, processamento, rede e gerenciamento de dados. Incrementa segurança tecnológica e maior capacidade de virtualização de serviços;

- **Kits Biométricos (R\$ 3,81 milhões):** substituição dos equipamentos de coleta biométrica, visando a maior *performance* e segurança;
- **Comunicação de dados (R\$ 2,71 milhões):** manutenção de 139 conexões de fibra ótica (de 50 e 100 Mbps) que interligam todos os pontos de atendimento da Justiça Eleitoral no estado;
- **Switches (R\$ 3,40 milhões):** equipamentos para incremento da segurança e monitoramento da rede de dados.

Recursos aplicados em TI: R\$ 22,50 milhões



Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI

Macroprocesso	Iniciativa	Resultados
Eleições	Aquisição de novos Kits biométricos	Maior segurança na habilitação do eleitor
Cadastramento Eleitoral	Atendimento automatizado via chat	Com a implantação de robô de atendimento, integrado ao WhatsApp, foi possível agilizar e elevar a capacidade de atendimento virtual.
Prestação Jurisdicional	Gestão de estatísticas processuais	Aperfeiçoamento da aplicação (Atena) de extração, análise e envio de informações processuais ao CNJ (DataJud).
Tecnologia da Informação	Modernização do parque de microinformática	Substituição de computadores e impressoras obsoletos.
Segurança da Informação	Ampliação da infraestrutura convergente	Solução que viabiliza serviços mais ágeis, seguros e mais facilmente gerenciáveis.

- Soluções de inteligência artificial para prestação jurisdicional: criar e implementar ferramentas que permitam aumento de produtividade dos servidores em processos judiciais, especialmente em períodos de grande demanda (Eleições).
- Ampliação do atendimento virtual: houve importantes avanços em 2023 com a virtualização de diversos serviços, incluindo a ampliação do JE Digital e o atendimento via WhatsApp. A plataforma está sendo aperfeiçoada e ampliada para abranger ainda mais serviços e garantir maior agilidade e conveniência ao eleitor.
- Fortalecimento da segurança cibernética: por mais que estes ataques não afetem o resultado das eleições (devido a robustez do sistema eletrônico de votação), a credibilidade da instituição pode ser afetada. Em razão disso, a segurança cibernética tornou-se desafio constante para a área de TI.



Principais Desafios e Ações Futuras

- Conclusão do recadastramento biométrico: suspenso em 2020 e retomado em 2023, exigindo grande esforço da instituição. A Justiça Eleitoral tem firmado convênios com outros órgãos públicos para compartilhamento de dados (incluindo fotos e digitais), o que agilizará a conclusão do recadastramento, evitando a convocação de um grande contingente de pessoas.

3.4.7. Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão



O TRE-RS possui uma [Política de Responsabilidade Socioambiental](#), a qual estabelece diretrizes, objetivos e atribuições da instituição em relação ao tema. Em 2022, o TRE-RS instituiu o Núcleo de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, por meio da [Resolução TRE-RS n. 389/2022](#) que, juntamente com o Comitê Valor Público e unidades gestoras, busca fomentar padrões de consumo sustentáveis, descarte adequado de resíduos, uso de materiais de forma responsável, ampliação contínua da acessibilidade inclusão e convivência solidária.

Para alcançar esse objetivo, o TRE-RS adotou, em 2023, o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, por meio da Portaria [DG n 479/2023](#), que estabelece alguns critérios de sustentabilidade utilizados nas contratações e aquisições. Abaixo alguns dos principais critérios de sustentabilidade já implementados pelo TRE-RS:

- Para compra de equipamentos elétricos/eletrônicos, é requerida a classificação “A” de eficiência energética, no intuito de gerar um menor consumo de recursos naturais. Os aparelhos de ar-condicionado devem também utilizar exclusivamente gás ecológico, que não agride a camada de ozônio;
- Para aquisição de papel, é necessária a apresentação da certificação da origem da madeira, comprovando a proveniência

de florestas renováveis. Os envelopes timbrados, por sua vez, exigem papel sulfite ou *kraft* reciclado.

- O mobiliário de madeira adquirido precisa ser confeccionado com insumos provenientes de manejo florestal responsável ou reflorestamento, mediante comprovação por meio de certificado;
- Itens em desuso têm correta destinação por meio de parcerias com instituições de reciclagem e de ensino.

Principais Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais

A instituição acompanhou e monitorou os indicadores do [Plano de Logística Sustentável](#) em 2023, seguindo as diretrizes estabelecidas pela [Resolução CNJ n. 400/2021](#).

Nesse plano, são estabelecidos indicadores e metas para o desempenho socioambiental do TRE-RS.

No âmbito interno, o Núcleo de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, o Comitê Valor Público e unidades gestoras realizam ações de orientação aos servidores para redução do consumo de materiais e adoção de práticas sustentáveis e inclusivas, buscando o atingimento das metas do PLS. Em 2023, foram instalados purificadores de água em todos os prédios do TRE-RS. Foram adquiridas e entregues a todas colaboradoras e todos colaboradores da instituição canecas de fibra de coco para uso continuado, incentivando a utilização de materiais não descartáveis. Essas ações foram divulgadas e incentivadas com a publicação de vídeos institucionais.

Salienta-se que o teletrabalho e trabalho híbrido impactam positivamente em alguns indicadores socioambientais. Por essa razão, o monitoramento contínuo desses indicadores poderá evidenciar, em exercícios futuros, o novo padrão de consumo do TRE-RS.

Alguns indicadores alcançados em 2023 acerca da sustentabilidade estão expostos a seguir.



Resultados mais detalhados sobre os indicadores de Sustentabilidade podem ser obtidos no [Relatório PLS 2023](#).

Ações de Acessibilidade e Inclusão

Em 2023, as principais ações no tema Acessibilidade e Inclusão foram:

- Realização de evento sobre capacitismo e barreiras atitudinais;
- Divulgação de material sobre acessibilidade digital;
- Publicação e divulgação de colunas “Acessibilidade: o que isso tem a ver comigo?” e “Acessibilidade e Inclusão”, ambas no Jornal TRE Informa;
- Revisão do questionário de vistoria dos locais de votação para as eleições 2024;
- Realização de diagnóstico institucional sobre Acessibilidade no âmbito do TRE-RS.

Informações detalhadas sobre as ações de acessibilidade e inclusão realizadas no período podem ser obtidas no [Relatório de Acessibilidade 2023](#).

3.4.8. Outros Resultados da Gestão

Prêmio CNJ de Qualidade

Em 2023, o TRE-RS atendeu a 89% dos requisitos, conquistando o selo Prata.



O Prêmio visa a estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações e na produtividade.

O desempenho dos tribunais é avaliado com base em critérios distribuídos em quatro eixos temáticos: governança, produtividade, transparência, e dados e tecnologia.

Ranking da Transparência

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário tem como objetivo estimular os órgãos a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade e, assim, facilitar o acesso aos dados dos tribunais brasileiros.

Em 2023, o TRE-RS atendeu a 94% dos critérios definidos pelo CNJ, alcançando o 61º lugar no ranking.

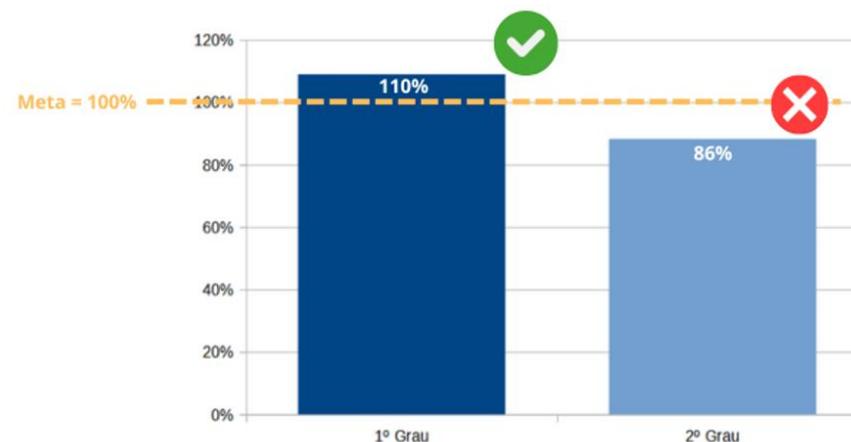
Metas Nacionais do Poder Judiciário

As Metas CNJ são definidas anualmente e buscam o alinhamento da justiça em prol de sua missão e sua visão de futuro. Coube à Justiça

Eleitoral cumprir quatro metas nacionais 2023, cujos resultados são apontados a seguir.

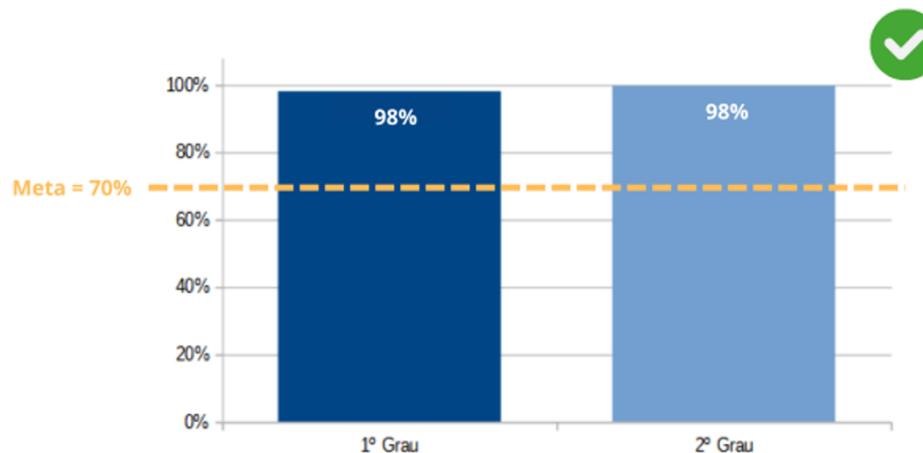
Meta Nacional 1

Julgar mais processos do que os distribuídos.



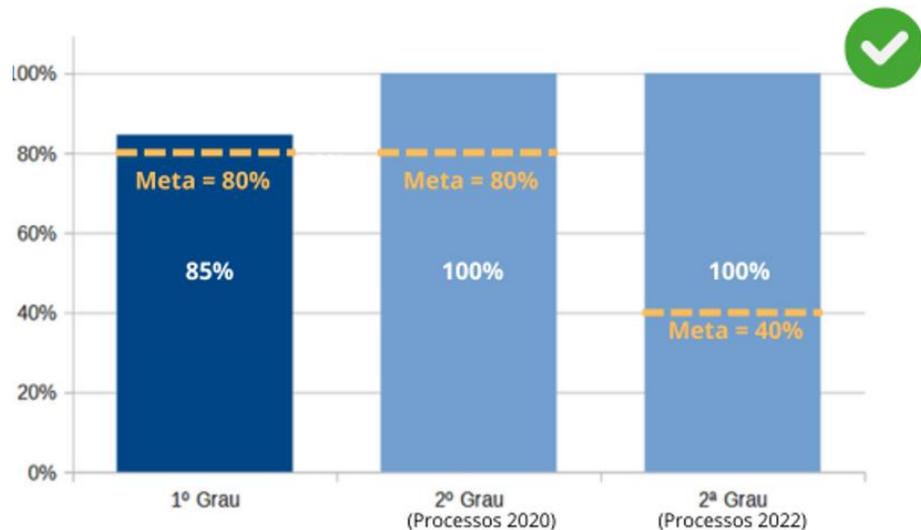
Meta Nacional 2

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021.



Meta Nacional 4

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2022, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.



Meta Nacional 9

Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

- Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

Resultado:

O tribunal instituiu seu Laboratório de Inovação ([Portaria 928/2021](#)) e vem realizando ações voltadas à Agenda 2023 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O projeto relacionado à meta foi cadastrado e implantado ao longo do ano e denomina-se [Linguagem Simples](#), cujo escopo é transmitir qualquer tipo de informação institucional de forma clara, simples, objetiva e inclusiva.

Em 2023, o projeto foi implantado no atendimento virtual (chatbot) do TRE-RS. Para 2024, espera-se ampliar seu escopo para todas as informações institucionais (internas e externas).

Mais estatísticas e resultados.

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1. Situação Financeira Contábil e Evolução no Exercício



A redução do orçamento e da despesa de 2023 comparada ao ano anterior deve-se principalmente à não realização de eleições ordinárias. A Justiça Eleitoral, cabe ressaltar, apresenta essa característica orçamentária de variação sazonal, cujos anos pares, quando estão

previstas as eleições gerais e municipais, a destinação financeira é maior para satisfazer os custos das eleições.

4.2. Principais Fatos Contábeis relativos à Situação Financeira

Considerando que 79% do orçamento está concentrado em pessoal, há pouca margem para fatos contábeis relevantes em termos de materialidade. Em 2023, especialmente, pode-se destacar:

- aumento de 40% no grupo de Equipamentos de Tecnologia da Informação em relação ao ano anterior, principalmente pela entrada de 4.800 Urnas Eletrônicas modelo 2022 e reavaliação das Urnas Eletrônicas modelo 2020.

4.3. Estrutura Contábil

O TRE-RS possui em sua estrutura contábil interna a Unidade Gestora Executora (UG n. 070021) e a Unidade Gestora de Auditoria (UG n. 070053), cujas funções são segregadas quanto às operações relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF - UG n. 070021) possui três áreas com atividades segmentadas, sendo uma responsável pela emissão de empenhos, outra responsável pela liquidação e pagamentos e uma terceira responsável pela conformidade dos registros de gestão.

A área responsável pela conformidade dos registros de gestão não realiza registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Os procedimentos inerentes à conformidade dos registros de gestão certificam a existência de documentos hábeis que suportam os registros dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Já o registro da conformidade contábil, atividade inerente à setorial contábil, é realizado por servidor com formação em contabilidade.

Adicionalmente, no encerramento contábil de cada mês, a setorial contábil examina o balancete contábil e consulta os auditores de rotina contábil do SIAFI. Ainda, no decorrer do exercício, são realizadas auditorias pela Secretaria de Auditoria Interna que têm como objetivo o exame da execução contábil, orçamentária e financeira da Instituição.

Por fim, salienta-se que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI, regidos pela Lei nº. 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, relativas ao exercício de 2023, refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal de Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

GLOSSÁRIO

Balanced Scorecard: instrumento de planejamento estratégico no qual se definem as metas e estratégias da organização, com o objetivo de medir seu desempenho por meio de indicadores quantificáveis, verificáveis e balanceados em diferentes perspectivas.

Biometria: projeto criado com o objetivo de aumentar a segurança da votação. Busca identificar e verificar a impressão digital do eleitor, garantindo que cada cidadão seja único no cadastro eleitoral.

Cadeia de valor: representa as grandes atividades pelas quais a organização cumpre a sua missão.

Clima organizacional: indica o nível de satisfação dos colaboradores de uma organização em relação a diferentes aspectos da sua cultura, ambiente e processos de trabalho.

Competências organizacionais: conjunto de conhecimentos e capacidades necessários à execução da estratégia definida pela organização.

Conformidade contábil: certificação dos demonstrativos contábeis gerados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por meio de análises dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

COVID-19: doença causada pelo coronavírus denominado SARS-COV-2.

Fake news: expressão em língua inglesa, traduzida como 'notícias falsas'. Sua prática consiste na distribuição de desinformação ou boatos por meio da mídia tradicional e das redes sociais.

Governança: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Governança de TI: é parte da Governança Corporativa e é formada pela liderança, estruturas organizacionais e processos que garantem que a TI sustente e melhore a estratégia e objetivos da organização.

Matriz de materialidade: é uma ferramenta que ajuda a identificar temas realmente relevantes para a organização.

Mídias: conjunto de meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, rádio, cinema, televisão e internet.

Modelo de Negócio: o modelo de negócio determina o produto ou serviço que uma organização produzirá ou fornecerá, o método de produção, o seu público-alvo e suas fontes de receita.

Processos de apoio: os processos de apoio, como o nome diz, dão apoio aos processos de negócio ou essenciais, são focalizados na organização e não no cliente, e têm como responsabilidade viabilizar a estrutura necessária para que os processos essenciais, de negócio ou primários funcionem.

Processo eleitoral: o processo eleitoral diz respeito às fases organizativas das eleições, compreendendo também um breve período posterior. É organizado pela Justiça Eleitoral (JE), em nível municipal, estadual e federal.

Processos finalísticos: são processos de trabalho associados à atividade fim da organização ou diretamente envolvidos no atendimento às necessidades dos seus cidadãos.

Processo gerencial: garante que processos de apoio sejam bem executados, não agregam valor direto ao cliente, mas estão presentes antes, durante e após o processo. Responsável por planejar, organizar, direcionar e controlar os demais processos.

Processo Judicial eletrônico - PJe: é um sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário.

Objetivos estratégicos: são os desafios que a instituição deverá suplantar para conseguir implementar a sua estratégia.

Organograma: organograma é um gráfico que representa a estrutura formal de uma organização. Ou seja, é a representação gráfica clássica de uma estrutura organizacional.

Riscos: risco, em administração, designa a combinação entre a probabilidade de ocorrência de um determinado evento e os impactos resultantes, caso ele ocorra.

Visão sistêmica: capacidade de perceber e compreender o todo por meio da análise das partes que o formam.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul